



ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO 2017

Secretaria da Educação

SOROCABA / DEZEMBRO DE 2016

Prefeito

Antonio Carlos Pannunzio

Vice-Prefeita

Edith Di Giorgi

Secretário da Educação

Flaviano Agostinho de Lima



Área de Gestão Pedagógica (DAGP)

Diretora de Área de Gestão Pedagógica

Waldirene Malagrine Monteiro

**Divisão de Apoio Técnico-Pedagógico
(DATP)**

Francismari Aparecida Milche
Ana Lucia Acquaviva Carrano
Daniela Fernandes
Leila Regina de O. Chinelatto
Marcio Bortolli Carrara
Rosângela C. de A. M. Venditti

Divisão de Educação Especial (DEE)

Sílvia Souza Elias dos Santos
Raquel Proença Branco Ruiz



Supervisores de Ensino

Ana Rosa Rezende
Antonio Carlos Arantes
Aparecida Ferreira da Silva
Gutierrez
Cláudia Milaré de Toledo Lusivo
Daniela de Ávila Pereira Lourenço
Edmara Aparecida Parra Melati
Everton de Paula Silveira
Gilsemara Vasques Rodrigues
Almenara
Jessimeire Alessandra D. C.
Grosso
Luiz Fábio Santos
Márcia de Fátima Delanholo Sturm
Maria Cristina Camargo
Paula de Fátima Soares Cosmin
Paula Medeiros Prado Silvestrini
Roberta Rodrigues da Paz Oliveira
Rogéria Fernandes do Nascimento
Sara Aparecida Pereira
Solange Aparecida da Silva Brito
Sonia Piaya Marinho Munhós

Comissão Organizadora

Daniela de Ávila Pereira Lourenço
Francismari Aparecida Milche
Rogéria Fernandes do Nascimento
Sílvia Souza Elias dos Santos
Solange Aparecida da Silva Brito
Sonia Piaya Marinho Munhós
Waldirene Malagrine Monteiro

Sumário

1. Apresentação	4
2. Considerações sobre planejamento	5
3. Programação do planejamento 2017.....	10
3.1.Primeiro Dia: Reunião de Equipe (01/02/2017)	10
3.2. Segundo Dia: Reunião de Planejamento – Planejamento da Escola (02/02/2017)	11
3.3. Terceiro Dia: Reunião de Planejamento – Adaptação/Acolhimento e Planos de Ensino (03/02/2017)	12
3.4 Primeiro Dia Letivo: Acolhimento em Rede “Escola Aberta” – Projeto Político-Pedagógico (06/02/2017)	13
4. Adaptação/acolhimento	14
5. Considerações sobre as demais datas previstas em Calendário Escolar.....	18
6. Referenciais	26
7. Anexos.....	29
Anexo 1: Calendário Escolar 2017	30
Anexo 2: Orientações do Programa Escola Saudável e da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar.....	33
Anexo 3: Orientações – Seção de Alimentação Escolar (SAE).....	47
Anexo 4: Orientações do Programa Escola da Escola.....	51
Anexo 5: Orientações da Divisão de Educação Especial.....	55
Anexo 6: Orientações da Recuperação Paralela.....	62
Anexo 7: Orientações do Projeto “Salas de Leitura: Novos Olhares”	69
Anexo 8: Orientações do Projeto “Bebeteca”	72
Anexo 9: Orientações da “Educação de Jovens e Adultos - EJA”	74
Anexo10: Orientações do Programa “Professor Aprendiz”	77

1. Apresentação

A Secretaria da Educação apresenta aos educadores da rede municipal de Sorocaba o Caderno de Orientações para o Planejamento 2017 no intuito de subsidiar as instituições educacionais na organização do trabalho pedagógico, por meio da construção e consolidação do Projeto Político-Pedagógico. Nesse sentido, o presente documento está organizado à luz de concepções que visam instrumentalizar as instituições educacionais a explicitarem objetivos e metas a serem alcançadas e refletirem sobre a construção de sua intencionalidade educativa, consoante a um amplo processo democrático de trabalho que vem se realizando no âmbito da rede municipal, o qual passará por revisão e aprimoramento do novo governo, a quem registramos os votos de pleno êxito e sucesso.

O ato de planejar está associado ao que se deseja realizar, manter ou transformar num processo contínuo e permanente de reflexão na constituição de espaços coletivos e de análise da práxis pedagógica. Ademais, constitui-se na construção cotidiana da educação momento relevante de (re)pensar coletivamente a escola, possibilitando a todos os envolvidos reafirmar posições, avaliar suas práticas, ressignificando-as entre trilhas e partilhas.

Nesse contexto inspirado pela literatura e considerando a finalização deste ano de 2016, deixo uma pequena passagem, que de pequena nada tem, escrita por Guimarães Rosa em sua obra Grande Sertão: Veredas (p.85). A certa altura, Riobaldo, narrando suas inquietações, história e dilemas de vida, diz: [...] "o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia".

Na construção cotidiana da educação nos guiamos por grandes utopias e somos desafiados por inúmeras barreiras e contradições. E ainda refletindo a turbulência que passamos nessa travessia, muitas vezes nos sentimos sozinhos, angustiados. Mas não podemos, nesse projeto profissional e de vida, esmorecer. Por vezes, as contradições da sociedade acabam sendo nossa inspiração no processo de mediação do conhecimento e da significação de novas aprendizagens oportunizadas pelas experiências.

Inspirados em Riobaldo, sabemos que o processo educativo nos faz iniciar diariamente novas saídas à travessia. A chegada é sempre uma utopia. E uma vez dada a largada, iniciada a travessia, nosso trabalho vai se constituindo.

Na certeza de que a educação é o universo que habita na gente, desejamos que este caderno de planejamento nos convide a uma nova travessia no ano de 2017.

Prof. Flaviano Agostinho de Lima
Secretário da Educação

2. Considerações sobre planejamento

“É práxis, que implica na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” Paulo Freire (1972, p.95)

A concepção de planejamento educacional no Brasil registrou significativas mudanças desde o Manifesto dos Pioneiros (1932) até a elaboração do Plano Nacional de Educação em 2014. Nesse período de mais de 80 anos é nítida a transformação na forma de participação inicialmente focada nos agentes do governo e, mais recentemente, na sociedade civil organizada. Decorrente desta perspectiva histórica, foi aprovado em 2015, o Plano Municipal de Educação de Sorocaba, Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015. A Secretaria de Educação de Sorocaba, desde a publicação do PME, vem articulando ações para apoiar a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico das escolas municipais. Atendendo ao princípio constitucional da gestão democrática, a escola pública tem autonomia para a elaboração do seu PPP, com a participação ativa da comunidade escolar e local nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas.

O enfoque dado ao planejamento educacional evoluiu, então, de um modelo tecnicista para uma dimensão *política*; de uma concepção normativo/prescritiva da realidade futura, para a dimensão *estratégica*, com definição de diretrizes orientando a transformação da realidade e de objetivos e metas como apostas da caminhada rumo ao futuro desejado e possível. É com esse entendimento e, com o PPP da escola organizado, que as unidades de ensino poderão planejar o ano letivo, tendo em vista o grande desafio imposto à educação pública: a qualidade social da educação.

Nessa perspectiva, a Secretaria da Educação compreende planejamento educacional como um processo contínuo e dinâmico de reflexão e ação que deve ocorrer em três níveis interdependentes:

- 1) SISTEMA (redes de ensino);
- 2) INSTITUIÇÃO (unidade escolar) e
- 3) ENSINO (sala de aula).

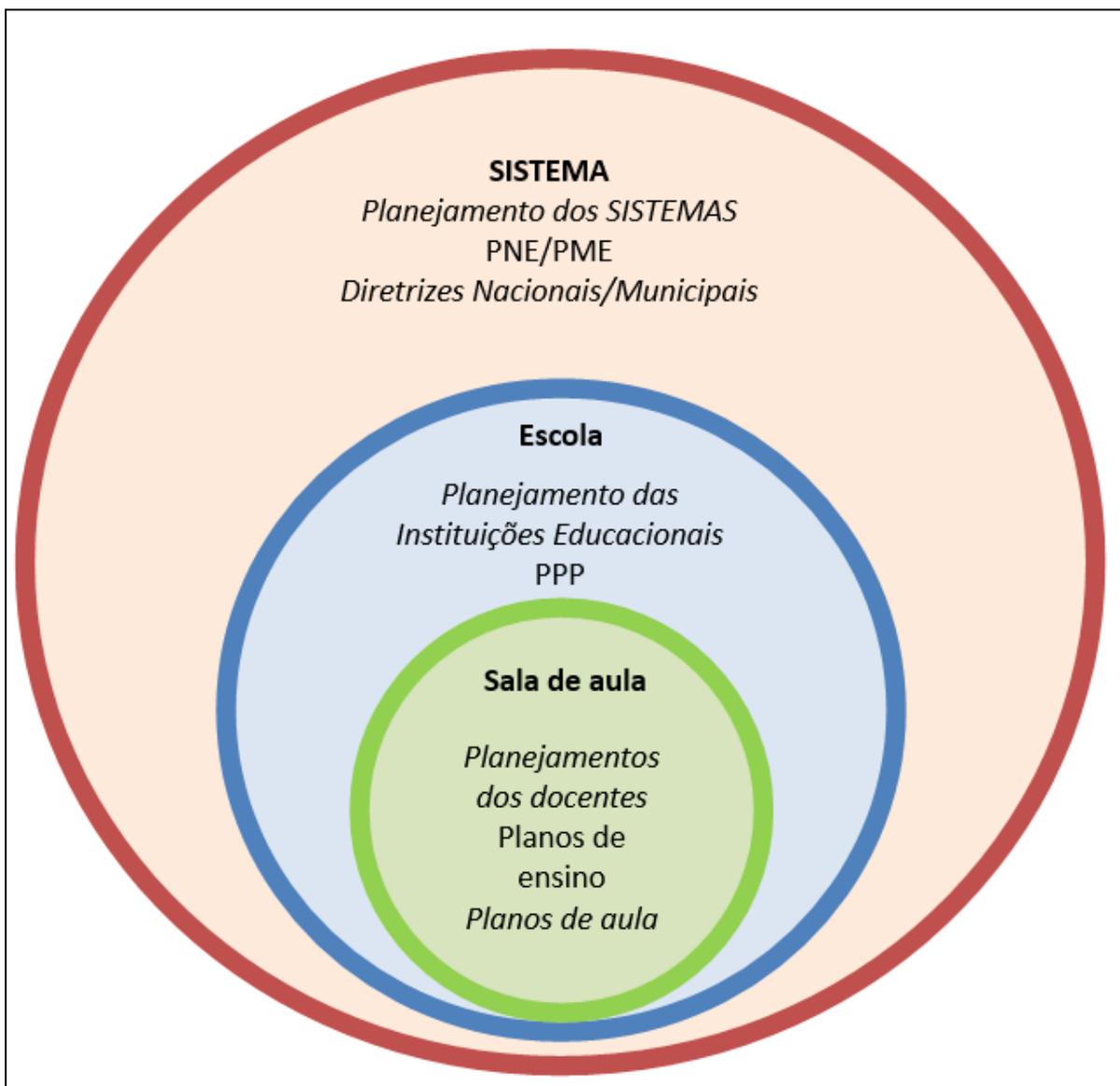


Figura 1 - Elaborada pela Comissão Organizadora

Ao resgatar esses níveis do planejamento educacional, pretende-se enfatizar que o planejamento escolar dialoga com os documentos norteadores e mandatórios instituídos em âmbito nacional, que procuram tecer as bases em que se assenta a Educação: a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, os Indicadores de Qualidade da Educação, os Direitos de Aprendizagem, a Escala de Proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Plano de Ações Articuladas (PAR), o Plano Nacional de Educação, a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC, em processo), entre outras importantes publicações.

Em nível local dialoga ainda com o Plano Municipal de Educação (PME), a Matriz Curricular e o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba. Todas essas articulações são necessárias porque a Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para o exercício da cidadania em plenitude, da qual depende a possibilidade de conquistar todos os demais direitos, definidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na legislação ordinária e nas demais disposições que consagram as prerrogativas do cidadão.

Observa-se ainda que, em cada nível, o planejamento educacional é sistematizado num registro escrito, ou seja, em um *plano*. Assim, em nível de sistema há o Plano Nacional de Educação e, ainda, os planos estaduais e municipais de Educação. Em nível de instituição escolar há o Projeto Político-Pedagógico e, finalmente, em nível de sala de aula, há os planos de ensino e de aula. Conseqüentemente, é na sala de aula onde deve se concretizar o direito de aprender propalado nos planos educacionais e documentos norteadores e mandatórios da educação.

Nos três níveis o planejamento é um processo que se preocupa com “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas de se chegar lá”, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto as do indivíduo (PADILHA, 2001, *apud* Coroacy, 1972, p. 79).

O Planejamento Escolar requer, então, dos educadores a reflexão e mobilização em torno da definição de valores, princípios, significados e concepções

acerca da educação, da aprendizagem, dos tempos e espaços escolares, da avaliação, formação de educadores e todas as outras questões pertinentes ao cumprimento do direito de aprender dos estudantes. Planejar a escola implica reavivar continuamente o processo de reflexão e ação da coletividade, balizado pela elaboração do seu PPP.

Dessa forma, a Secretaria da Educação promoveu plenárias para atualização do Marco Referencial da rede Municipal de Ensino de Sorocaba tornando-se importante a continuidade desse processo de reflexão em nível escolar, nas reuniões de planejamento durante o todo o ano letivo.

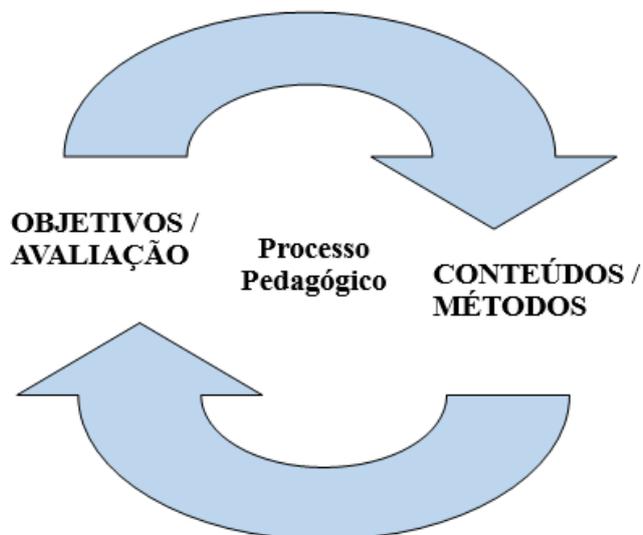
Entende-se que, a partir das reflexões acerca do PPP da escola, o planejamento escolar pode ser concebido como:

[...] processo que envolve a prática docente no cotidiano escolar, durante todo ano letivo, onde o trabalho de formação do aluno, através do currículo escolar, será priorizado. Assim, o planejamento envolve a fase anterior do início das aulas, o durante e o depois, significando o exercício contínuo da ação-reflexão-ação, o que caracteriza o ser educador. (FUSARI, 1988, p.9)

Da mesma forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica reforçam que, para o cumprimento da função social desse nível da educação, a sua centralidade é o estudante, pessoa em formação na sua essência humana. É, portanto, por meio da ressignificação do currículo escolar, com vistas a garantir o direito de aprender do estudante, que se cumprem os dispositivos legais referentes à educação brasileira.

Destarte, dando vida aos propósitos trilhados de forma coletiva, por meio do PPP, e do planejamento escolar estão os **Planos de Ensino**, estruturados pelos docentes, levando em consideração a realidade e a história de todos e cada um. Consistem na organização do processo de trabalho a ser desenvolvido pelo professor no ano letivo em curso, em cada turma e em cada componente curricular (em estreita relação com o PPP da unidade escolar). São constituídos dentro de um fazer/olhar dialógico para assim, serem propulsores da reflexão sobre a prática.

Nesses planos de ensino, a organização do processo ensino-aprendizagem deve ocorrer em dois grandes núcleos ou eixos interligados: objetivos/avaliação e conteúdos/métodos (FREITAS, 2009, p.14).



Nessa visão, a avaliação não é uma atividade formal que ocorre ao final do processo ensino-aprendizagem. Ela forma um par dialético com os objetivos e, juntos orientam todo o processo que se segue. E mais, segundo Freitas (2009, p.17) deve-se levar em conta que a avaliação não incorpora apenas objetivos escolares, das matérias ensinadas, mas também objetivos ligados à função social da escola no mundo atual, os quais são incorporados na organização do trabalho pedagógico global da escola.

Por isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica preveem em seu §2º, art. 47 que:

[...] em nível operacional, a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica, redimensionados para cada uma de suas etapas, bem como no projeto político-pedagógico da escola. (BRASIL, 2010)

Daí a preocupação da Secretaria da Educação de que esses dois níveis de avaliação na unidade escolar sejam coerentes entre si: a **avaliação institucional** – cujo foco é o *projeto político-pedagógico* da escola – e a **avaliação da aprendizagem** na sala de aula – cujo foco é a *relação professor-aluno*.

As orientações e propostas da Secretaria da Educação para a estruturação do ano letivo que se inicia têm, então, como pretensão:

- ➡ Propiciar espaços de fortalecimento da gestão democrática, partilha e reflexões sobre experiências e saberes da comunidade escolar;
- ➡ Fomentar discussões e reflexões acerca das temáticas relacionadas ao cotidiano escolar nas instituições educacionais, com especial atenção ao direito de aprender do estudante e à qualidade social da educação básica;
- ➡ Apoiar o processo de formação continuada no contexto escolar.

Dessa forma, solicita-se que as equipes gestoras considerem as orientações gerais da Secretaria da Educação e, a partir das mesmas, façam as adequações necessárias para garantir espaços e tempos de discussão e reflexão sobre os processos educacionais.

3. Programação do Planejamento 2017

A Secretaria da Educação propõe a seguinte organização para o início do ano letivo de 2017:

- ➡ **01/02/2017:** Reunião de Equipe nas Instituições Educacionais (Dia Não Letivo);
- ➡ **02 e 03/02/2017:** Reuniões de Planejamento (Dias Não Letivos);
- ➡ **06/02/2017:** Acolhimento em Rede: “Escola Aberta” – Projeto Político-Pedagógico (Dia Letivo).

3.1 Primeiro Dia: Reunião de Equipe (01/02/2017)

A primeira reunião do ano é imprescindível a toda instituição educacional. É o momento em que gestores, docentes, profissionais da educação e equipe de apoio escolar, reunidos, conhecem-se uns aos outros, aproximam-se da cultura escolar e planejam os tempos e espaços para que os objetivos educacionais ao longo do ano sejam alcançados.

Sugestão de pauta:

- ➡ Acolhimento da Equipe Gestora e apresentação dos demais integrantes da Equipe Escolar;

- ➡ Atualização da Caracterização da Equipe Escolar com informações que compõem o PPP/Marco Situacional da Escola;
- ➡ Contextualização da escola: breve apresentação do processo de construção do PPP durante o ano de 2016/Marco Situacional da Escola, do Regimento Escolar, dos Resultados da Avaliação Institucional (normatizações internas, avaliação da comunidade sobre 2016, os dados socioeconômicos, taxas, índices, número de matrículas, composição das turmas para 2017);
- ➡ Entrega de horários, listagem das turmas, cópias dos prontuários dos alunos e organização da equipe escolar para o início do ano letivo.

3.2 Segundo Dia: Reunião de Planejamento – Planejamento da Escola (02/02/2017)

Neste dia sugere-se que a equipe gestora organize os trabalhos resgatando o processo de construção do Projeto Político-Pedagógico vivenciado em 2016, dando prosseguimento a essa construção.

Em relação ao Marco Situacional, os dados precisam ser atualizados e, em relação a comunidade atendida, esse processo dar-se-á no início do ano letivo.

O Marco Conceitual deve observar coerência com o Marco Referencial da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, sem prejuízo de ampliação teórica sobre a temática abordada. Dessa forma, considerando as plenárias realizadas ao longo dos últimos meses de 2016, a comunidade escolar deverá resgatar esse documento norteador e analisar criticamente seu marco conceitual (se o mesmo já estiver redigido) para realizar ajustes, se forem necessários.

Para as unidades escolares que realizarão a sistematização do Marco Conceitual em 2017, esse é um momento privilegiado para que a discussão aconteça. Dessa forma, a equipe gestora deverá prever a organização adequada para que a dinâmica espaço/tempo promova a otimização dos trabalhos.

Não se pretende esgotar a sistematização nessa reunião. Assim, a redação do documento, que teve como base a discussão dos textos disponibilizados pelo

Comitê do Marco Referencial, as plenárias realizadas na rede e as orientações contidas no Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 06 - Planejamento 2016 e o Caderno de Orientações SEDU nº 05 – Diretrizes para a construção do Projeto Político-Pedagógico (2015), deverão ter continuidade nos demais espaços/tempos de formação no âmbito da unidade escolar.

Nesse sentido, é preciso sistematizar o Marco Operacional, organizando e registrando os processos internos da escola, necessários para a construção da escola que se almeja. Para tanto, é importante garantir o registro dos Planos de Ações para cada uma das dimensões: Pedagógica, Formativa, Financeira, Operacional e Comunitária (Caderno de Orientações SEDU N.º 05 – p. 14).

Tendo como base a escola que temos neste momento (Marco Situacional), e sabendo a escola que queremos construir (Marco Conceitual), quais ações precisamos empreender para concretizar essa construção (Marco Operacional)? Assim, as ações precisam estar associadas às prioridades, aos objetivos e às metas, indicando claramente o que será feito.

3.3 Terceiro Dia: Reunião de Planejamento – Adaptação/Acolhimento e Planos de Ensino (03/02/2017)

Por meio do trabalho coletivo e, tendo como base os documentos norteadores e mandatários instituídos em nível de sistema e institucional, considera-se oportuno que este dia de planejamento seja direcionado para ações entre docentes de etapa/ano/termo, contemplando:

- Organização das atividades de adaptação/acolhimento das crianças/alunos;
- Organização das atividades diagnósticas a serem desenvolvidas;
- Descrição por etapa/ano/termo dos aspectos que serão observados durante as primeiras semanas de aula para caracterização dos grupos em suas necessidades e potencialidades. Cada grupo de docentes deverá construir o registro de observações dos alunos durante as atividades diagnósticas adequadas às

diferentes etapas e modalidades da Educação Básica. Essas informações iniciais também atualizarão o PPP/Marco Situacional da instituição;

➡ Compartilhar entre os pares os planos de Adaptação/acolhimento e de diagnóstico inicial das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

3.4 Primeiro Dia Letivo: Acolhimento em Rede “Escola Aberta” – Projeto Político-Pedagógico (06/02/2017)

A proposta para este primeiro dia letivo é a mobilização da comunidade para participação ativa na construção/consolidação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

Inicialmente sugerimos realizar um movimento de acolhimento entre pais, alunos, funcionários e professores. É um momento ímpar para despertar na família o interesse em participar das ações da escola e, principalmente, da vida escolar dos seus filhos e buscar uma parceria em torno do mesmo objetivo: o sucesso de aprendizagem de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Dessa forma, sugerimos que este primeiro dia seja amplamente divulgado à comunidade escolar em seus objetivos, pauta, local e horários de início e término, tendo como proposta:

- ➡ Acolhimento da Equipe Gestora a todos os alunos e responsáveis;
- ➡ Apresentação dos Funcionários e Professores;
- ➡ Atividades de mobilização para participação na construção/consolidação do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;
- ➡ Apresentação de itens do Regimento Escolar;
- ➡ Apresentação da Semana de Acolhimento/Adaptação e seus objetivos;
- ➡ Projeto da Escola;
- ➡ Apresentação/Atualização do Conselho Escolar e APM;
- ➡ Calendário Escolar e periodicidade dos encontros com as famílias;
- ➡ Apresentação dos Professores e organização das turmas;
- ➡ Apresentação dos espaços da escola e salas de aula de cada turma.

4. Adaptação/Acolhimento

Ao considerar os processos experienciais e de entrada da criança na vida escolar, são expressos nesse novo mundo situações de descobertas que podem gerar tanto novas amizades e oportunidades, como também desconforto e ansiedade diante do desconhecido, seja para a criança ou para seus pais. Nesse sentido, faz-se necessário compreender os sentimentos que envolvem esse novo momento e as adaptações decorrentes desse processo.

Quando falamos em adaptação, remetemo-nos a um processo que se inicia no nascimento e se desdobra ao longo da vida, sempre que surge uma nova situação não vivenciada anteriormente. Dessa forma, o processo de adaptação escolar antecede a ação de ir à escola, o que exige uma busca de adequações a uma nova realidade social e do preparo da instituição para receber as crianças num ambiente acolhedor.

É necessário superar a ótica expressa ao longo da história da Educação infantil, que considerava o processo de adaptação como sendo um período de tempo e espaço determinado pela sujeição, controle, imposição de normas sob a perspectiva da instituição. Strenzel (2000), afirma que a

[...] inserção, ingresso, acolhida, não é uma questão de adaptação no sentido de modulação, que considera a criança como um sujeito passivo que se submete, se acomoda, se enquadra a uma dada situação. É um momento fundamental e delicado que não pode ser considerado como simples aceitação de um ambiente desconhecido e de separação da mãe ou de uma figura familiar, ou de fazer a criança parar de chorar. (p. 3)

É preciso compreender para além dos aspectos aparentes e superficiais que esse novo momento enseja interações humanas de afetividade positiva entre os pares educativos (pais, crianças, professores e instituição) e nas relações, mediações de todos os envolvidos num processo construtivo de socialização. A adaptação não deve ser um processo em que se espera da criança que ela se acomode, em meio ao sofrimento, a situações novas, mas, acima de tudo, ela precisa ter sua individualidade respeitada, com seus tempos e limites. Dessa forma, é premissa compreender que adaptação e acolhimento não são conceitos antagônicos e que ocorrem em momentos diferentes, mas são processos inter-

relacionados e interdependentes. Assim como o ato de educar está atrelado ao ato de cuidar, o processo de adaptação é indissociável do ato de acolher (ORTIZ, 2010).

O processo de adaptação depende do esforço por parte da criança, e a qualidade dessa adaptação depende daqueles que estão envolvidos com o seu processo educativo: nessa relação entre adaptação e acolhimento, evidencia-se a preocupação com o outro. Nessa perspectiva, Maudonnet (2010) destaca a necessidade do ato de planejar situações que garantam o bem-estar da criança e um olhar sensível para todos aqueles que estão passando por esse momento: crianças, famílias e educadores.

Outro aspecto a ser considerado é a aprendizagem que esse período oportuniza para a criança, pois ao perceber que os seus sentimentos são valorizados pelo adulto, ela vai estabelecendo uma relação mais humanizada com os outros. Por outro lado, quando seu choro é ignorado e seus sentimentos são negados, as relações desumanizadas passam a ser aprendidas (Maudonnet, 2010).

Sendo assim, esse período de adaptação e acolhimento caracteriza-se como um permanente desafio que permite diversas reflexões: como lidar com esse momento de separação da criança com a família? O que propor nos primeiros dias de atendimento, sobretudo às crianças pequenas? Como proceder com a sensação de insegurança e medo que muitas famílias e crianças sentem diante da separação? E as crianças que já frequentaram a instituição em anos anteriores, devem ter também um período diferenciado no início do ano?

Assim, a intencionalidade do planejamento e organização dos espaços e tempos insere-se em uma concepção de educação que considera o desenvolvimento integral da criança.

A participação das famílias nesse período de acolhimento às crianças nas instituições é também uma rica oportunidade de dar visibilidade ao trabalho que será desenvolvido e, dessa forma, deixá-las confiantes, seguras e participativas, além de ser um bom momento para conhecer as especificidades de cada uma.

Para tanto, alguns aspectos precisam ser garantidos, tais como:

1) Planejamento: é importante refletir sobre o período de acolhimento e organizá-lo traçando um roteiro sobre como se dará a chegada das crianças/alunos nos primeiros dias, considerando tempos, espaços, materiais e atribuições de cada profissional da instituição, planejando atividades que sejam adequadas para esse período;

2) Envolvimento de todos os funcionários da instituição: cada profissional, dentro de suas atribuições, é corresponsável pelo processo de acolhimento das crianças/alunos. É fundamental que as situações com as quais terão de lidar sejam antecipadas ao grupo, possibilitando à equipe escolar a compreensão sobre a importância de suas ações para qualificar a chegada e permanência da criança na instituição;

3) Lidar com sentimentos: acolher as diferentes reações e sentimentos das famílias e crianças/alunos com paciência e realizar intervenções que ajudem a aproximar ambos da rotina da instituição, por meio da escuta atenta de dúvidas e inquietações, uma vez que mostrar interesse pela criança também é uma forma de tranquilizar a todos;

4) Participação das famílias: é extremamente relevante considerar a presença da família na instituição e planejar esses momentos, no intuito de construir um vínculo de confiança, pois para as crianças é fundamental que a figura do professor seja reconhecida como referência pela família, e a escola como um lugar acolhedor.

Diante de tais pressupostos, a Secretaria da Educação sugere que a organização do período de adaptação/acolhimento das crianças e seu respectivo horário de atendimento, possa ser flexibilizado pela instituição de acordo com as especificidades da sua comunidade. Da mesma forma, orienta-se que:

➡ O processo de adaptação/acolhimento seja organizado de modo a favorecer o vínculo entre a escola e a família, respeitando a singularidade de cada criança e de acordo com a possibilidade de cada família;

➡ A criança seja atendida, mesmo diante do não acompanhamento familiar durante o período de adaptação/acolhimento.

A Secretaria da Educação sugere, ainda, que cada Instituição Educacional, seguindo as normas propostas no Regimento Escolar e orientações contidas neste Caderno, organize a semana de adaptação/acolhimento, no tocante aos horários de entrada/saída e duração.

Abaixo segue uma proposta de horário para o desenvolvimento da Semana de Acolhimento:

<u>Instituição de Educação Infantil – Creche Integral</u>	
Data	Carga horária mínima
06 a 10/02	3h
13 a 17/02	5h
A partir de 20/02	Horário normal
<u>Instituição de Educação Infantil – Pré-escola e Creche Parcial</u>	
Data	Carga horária mínima
06 a 10/02	2h
A partir de 13/02	Horário normal
<u>Instituição de Ensino Fundamental – 1º ano</u>	
Data	Carga horária mínima
06 a 10/02	2h
A partir de 13/02	Horário normal

Na etapa creche, se houver necessidades em casos específicos, poderá ser realizada a adequação do horário para melhor adaptação das crianças, desde que em diálogo com a família.

5. Considerações sobre as demais datas previstas em Calendário Escolar

Considerando este Caderno de Orientações um importante norteador das Instituições Educacionais, para além das datas da Semana de Planejamento, segue abaixo a descrição da concepção acerca das demais datas previstas em Calendário Escolar.

✓ Reunião de Articulação do PPP – 4 de abril de 2017

Considerando a importância do Projeto Político-Pedagógico e o processo de construção em curso, o Calendário Escolar destina o dia 04/04/2017 para mobilização da comunidade escolar frente as ações potencializadoras do Projeto Político-Pedagógico.

Nesta data, a equipe gestora planejará, junto com os demais membros da equipe escolar, ações de articulação dos processos sistematizados, com base nas discussões e estudos já realizados. Dessa forma, esse espaço/tempo será planejado conforme as especificidades das unidades escolares em relação ao andamento dos trabalhos referentes ao Projeto Político-Pedagógico, com objetivo de incentivar a participação e o sentimento de pertencimento de toda comunidade escolar.

✓ Replanejamento – 24 ou 25 de julho de 2017¹

O processo de reformulação dos Planos de Ensino e da Proposta Pedagógica das Instituições Educacionais requer o envolvimento constante de toda a equipe escolar, não apenas nos períodos institucionalmente delimitados para esse procedimento, mas sempre que se fizer necessário dialogar sobre as situações de trabalho e as questões que permeiam o cotidiano das instituições e da sala de aula.

A ideia de replanejamento baseia-se no fato de que esse ato é fundamental

¹ Data a ser confirmada por meio da publicação do Calendário Escolar 2017.

enquanto fonte de aprendizagem, de ensino e de revisão das práticas pedagógicas. Dessa forma, faz-se necessário que as instituições analisem e avaliem os processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre de 2016 percebendo o quão inclusiva ou não têm sido as práticas pedagógicas, o ambiente escolar e as relações sociais vivenciadas nesse espaço. Cabe, entre os profissionais da educação envolvidos nessa atividade, refletirem e analisarem se as estratégias até aqui utilizadas para a valorização da diversidade humana têm contemplado a integralidade dos sujeitos em seus processos de desenvolvimento. Se ações processuais ou mesmo pontuais tornaram-se efetivamente promotoras de avanços, buscando que as diferenças não se tornem desigualdades ao longo desse processo.

O exercício de análise e avaliação dos processos desenvolvidos ao longo do 1º semestre procura atender à necessidade de reflexão sobre as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e em sala de aula que propiciem uma caminhada para a melhoria da qualidade social da educação, desencadeando novas proposições de ações para o 2º semestre e retomando, sempre que necessário, os documentos norteadores presentes ou citados neste Caderno de Planejamento.

Dessa maneira, segue sugestão de pauta:

- Rever o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e retomar os objetivos que a escola se propõe a atingir;
- Rever a documentação pedagógica da escola, analisando e acompanhando o desenvolvimento da aprendizagem para proposições e ajustes necessários nesse processo;
- Analisar os indicadores educacionais disponíveis referentes à instituição conforme a etapa de atendimento;
- Organizar/Adequar os Planos de Ação entre os pares para o semestre que se inicia.

✓ **Reunião de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA**

As Reuniões de Avaliação de Ensino e Aprendizagem – RAEA's são compostas por quatro momentos instituídos em Calendário Escolar, apresentando-se

como um importante espaço de reflexão sobre as ações curriculares, tendo por princípio o aprimoramento dos Planos de Ensino e das metodologias pedagógicas adotadas, viabilizando o olhar para as concepções e práticas que permeiam a ação de cada instituição. Dessa forma, constitui-se também num espaço de articulação entre as demandas prioritizadas do sistema (elencadas por meio de processos de escuta da rede) e as demandas de cada instituição.

Para 2017, a última RAEA será destinada à realização da Avaliação Institucional, com a retomada dos indicadores de qualidade da educação instituídos pelo MEC.

Sendo assim, as RAEA's dos meses de março, junho e agosto serão estruturadas por cada equipe escolar.

Relação das RAEA's em 2017:

- **MARÇO:** DE 13 A 17/03/2017
- **JUNHO:** DE 12 A 14/06/2017
- **AGOSTO:** DE 21 A 25/08/2017
- **DEZEMBRO:** 01/12/2017.

✓ Reunião de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil

As reuniões de Avaliação e Acompanhamento na Educação Infantil, estão previstas em Calendário Escolar para os seguintes períodos:

- **MAIO:** DE 15 A 19/05/2017;
- **SETEMBRO:** DE 18 A 22/09/2017.

Tendo em vista que esse momento constitui-se num espaço institucionalizado para estudos, reflexões, acompanhamento da documentação pedagógica e elaboração de ações coletivas, a Secretaria da Educação de Sorocaba sugere como ações pertinentes a esses momentos:

- Diálogos acerca da implementação das Diretrizes para a Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba;
- Análise coletiva de relatórios individuais e do grupo;

- Análise coletiva de portfólios do(a) professor(a) e portfólio da criança;
- Estudo de referenciais teóricos relacionados à concepção de infância apresentada nas Diretrizes para a Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba;
- Ampliação do referencial teórico apresentado nas Diretrizes para a Documentação Pedagógica na Educação Infantil da Rede Municipal de Sorocaba, de modo a contribuir com as discussões e reflexões acerca da temática relacionada a Educação Infantil;
- Estudo da Concepção de Avaliação na Educação infantil.

✓ **Reuniões de Conselho de Classe/Ano/Termo e Considerações sobre a Avaliação Formativa**

O processo coletivo de avaliação é qualitativamente superior ao individual (DALBEN, 2004, p. 45).

Conforme conceitos expressos no Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 01, a SEDU adota como orientadora das suas práticas avaliativas a Avaliação Formativa, função inclusiva e potencializadora das aprendizagens de todos e todas nas escolas e demais instâncias desta Secretaria. Compreende a avaliação em seus três níveis (da aprendizagem, institucional e de larga escala) sendo possível mediar e perpassar todos os processos a elas inerentes por meio da função formativa (LIMA, 2012). Avaliar de maneira formativa é considerar que os sujeitos são, ao mesmo tempo, avaliadores e avaliados. A diferença não está no instrumento ou procedimento, assevera Hadji apud Lima (2012), o que faz ser formativa a avaliação é a intenção de incluir o estudante no processo a fim de que se evite a exclusão no processo e do processo; causando repetências, evasões e danos para a autoestima do estudante e, não por acaso, para a escola enquanto detentora de uma função social digna com o preceito constitucional de garantir a educação escolar como direito público subjetivo.

A Avaliação Formativa busca fundamentar a sua teoria do conhecimento no modo de ser da relação entre sujeito e objeto de conhecimento, entendendo que a

ação transformadora não se faz sozinha, mas a partir de uma relação que se estabelece consigo mesmo e com os outros, pois, avaliar é uma oportunidade para adquirir conhecimento; quando o aluno se submete a uma avaliação ele está também aprendendo. Portanto, os objetivos do ensino são os referenciais para se decidir sobre a metodologia e o conteúdo da avaliação, pois avaliação e objetivo formam um par indissociável. Sendo assim, o momento propício para avaliação acontecer é aquele em que está ocorrendo o ensino, cotidianamente, pois o papel da avaliação deve ser o de investigar, identificar a situação em que se encontram as aprendizagens ou mesmo as não-aprendizagens.

O objetivo da Avaliação Formativa é promover aos estudantes e aos educadores uma aprendizagem com compreensão dos processos por eles vivenciados. Assim, entendemos que possibilitar aos professores análise, reflexão e intervenção aprofundadas do seu trabalho e dos processos de aprendizagem dos alunos, com vistas a transformar a prática docente, se torna um processo formativo para eles mesmos e para toda a equipe da escola.

Segundo Esteban (1997) avaliar o aluno passa de julgamento sobre a aprendizagem para o momento de refletir sobre o que ele já sabe, que caminhos percorreu para chegar a esse saber, qual foi o processo de construção de conhecimentos, o que esse aluno não sabe e suas possibilidades de avanço, suas necessidades para que a superação do não saber possa ocorrer.

No nível da sala de aula a avaliação da aprendizagem está muito presente, no nível da escola e da direção, fortalece-se a avaliação institucional servindo como meta avaliadora dos processos que ocorrem ou impactam a organização do trabalho pedagógico e, não por acaso, serve para refletir e organizar os dados que emanam dos exames externos ou avaliação em larga escala (FREITAS et al, 2009).

A escola toda avalia, a escola toda é avaliada: esse é o sentido de que a avaliação seja formativa. Contudo, a avaliação deve servir ao encorajamento e não à exposição, exclusão ou discriminação em nenhum dos seus níveis.

A avaliação formativa informa ao estudante, ao professor e aos gestores sobre o alcance dos domínios dos objetivos e conteúdos programados; indica e identifica quem é o aluno e quais são as suas fragilidades e potencialidades, visando contribuir com intervenções que ajudem a superar os desafios; permite flexibilidade

no planejamento e planos de aula, adaptando-os à realidade encontrada; possibilita tomada de decisão de natureza pedagógica e metodológica; ocorre durante todo processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de um ou de vários métodos avaliativos, especialmente no momento em que o aluno está desenvolvendo as atividades; visa à ajuda imediata, em tempo presente e aplica-se a todos que se encontram em processo formativo, pois, “aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem” (VILLAS BOAS, 2010: 29).

Nesse contexto, o Conselho de Classe, como instância reveladora das concepções políticas e pedagógicas de avaliação e de ensino e aprendizagem, deve se consolidar como um espaço de mudança, espaço de revisão das práticas; condição necessária para que os diversos fatores relacionados ao processo de ensino e aprendizagem sejam desvelados, pois a interseção desses fatores é a determinação do ponto de partida para novas ações, numa constante troca de procedimentos e realização de propostas que visam a tornar a prática pedagógica acessível e promotora de avanços no que se refere ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ele é, concomitantemente, espaço-tempo de avaliação do processo de ensino e das aprendizagens que aconteceram ou não.

As datas previstas para realização do Conselho de Classe/Ano/Termo, para 2017 são:

- **MAIO:** 08 a 12/05/2017;
- **JULHO:** 03 a 07/07/2017;
- **OUTUBRO:** 02 a 06/10/2017;
- **DEZEMBRO:** 11/12/2017.

Nesse sentido, orienta-se que cada Instituição Escolar de Ensino Fundamental e Médio:

1. Organize nas semanas anteriores ao Conselho de Classe espaços para a troca entre os pares e equipe gestora (HTP), na realização da análise da documentação pedagógica e levantamento da aprendizagem das turmas e dos casos que necessitam de maior atenção;

2. Preencha com antecedência o relatório de sua classe ou turmas, de acordo com a prática da instituição, porém, atentando às informações sobre: o

aproveitamento geral da classe, os apontamentos do desenvolvimento individual dos alunos com aproveitamento abaixo do básico, os encaminhamentos realizados e os casos com excesso de faltas;

3. Ocupe o momento do Conselho de Classe para o diálogo, aprofundamento e troca acerca das propostas de trabalho do bimestre que se inicia, pensadas coletivamente em outros espaços, contextualizando dessa forma os avanços obtidos de cada Ano/Série/Termo, suas necessidades e planejamento;

4. Tenha como propósito maior desse momento institucionalizado por meio do Calendário Escolar, as intervenções pedagógicas e os registros das deliberações que estão sendo aprovadas *in loco* pelo Conselho de Classe/Ano/Termo. Tais deliberações deverão constituir a Ata do Conselho.

Sobre a Documentação do Conselho de Classe:

1- Relatório da escola preenchido com antecedência pelos professores, apresentando:

- Panorama Geral da Turma: aspectos quantitativos relacionados à leitura, escrita e raciocínio lógico matemático;
- Frequência dos alunos (inferior a 75%, de acordo com LDB 9.394/96);
- Apontamento individual dos alunos com rendimento abaixo do básico: apresentar as dificuldades, os avanços ao longo dos bimestres e as providências adotadas.

2- Ata do conselho de classe, contendo:

- Estruturação conforme Caderno de Orientações nº 01: “Diretrizes para o Conselho de classe/ano/série/termo da Rede Municipal de Sorocaba”;
- Planos de Ação por ano/termo, apresentando:

- Breve análise do rendimento da unidade escolar por ano/termo;
- Tabela para cada ano/termo com o objetivo de permitir o avanço dos alunos com menor rendimento.

Referenciais

AÇÃO EDUCATIVA et al. (Coord.). **Indicadores de qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2013. 4.ed.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n19/n19a03.pdf>> Acesso em: 06 dez. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação com vigência por dez anos, 2014**

BRASIL. MEC. **Base Nacional Comum Curricular**: proposta preliminar, segunda versão. Brasília, MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de ações Articuladas (PAR)**: instrumento de campo. Brasília. MEC, Secretaria Executiva, s/d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 4 de abril de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Portaria n. 931, de março de 2005. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do ciclo de alfabetização (1, 2 e 3 anos) do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEB, 2012.

COROACY, Joana. **O planejamento como processo**. In Revista Educação, Ano I, nº4. Brasília, 1972.

DALBEN, Ângela I. Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: Perspectivas na Gestão Escolar. Campinas: Papirus, 2004.

ESTEBÁN, M. T. **Avaliação**: momento de discussão da prática pedagógica. In: GARCIA, R. L. (org.). Alfabetização dos alunos das classes populares. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Edição de João Barreto. Porto: Afrontamento, 1972.

FREITAS, L. C. [et. Al.]. **Avaliação Educacional**: caminhando pela contramão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FUSARI, José Cerchi. **A Educação do Educador em Serviço**: o Treinamento de Professores em Questão. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1988.

LIMA, Erisevelton Silva. **O Diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília-DF: Kiron, 2012.

MAUDONNET, J. **Adaptação acolhedora**. 2010. Disponível em: <<http://pedagogiacomainfancia.blogspot.com/2010/05/adaptacao-x-acolhimento-ouadaptacao.html>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

ORTIZ, Gisele. **Adaptação e Acolhimento**: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. 2000. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestaoescolar/acolhida-cisele-ortiz.pdf> > Acesso em: 05 de out. de 2016.

STRENZEL, Giandréa R. **A Educação Infantil na Produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil**: Indicações Pedagógicas para a Educação da Criança de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2000.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.01. **Diretrizes do Conselho de Classe/ Ano/ Série/ Termo da rede Municipal de Sorocaba**, 2014.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.05. **Diretrizes para construção do Projeto Político pedagógico nas instituições Educacionais de Sorocaba**, 2015.

SOROCABA, Secretaria de Educação de Sorocaba. Caderno de Orientações SEDU n.06. **Orientações para o planejamento 2016**, 2015.

SOROCABA. Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, **que aprova o plano Municipal de educação do Município de Sorocaba**, 2015.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de F. (org.) **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 2ªed. Campinas: Papyrus, 2009.

_____. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. 8ª ed. Campinas: Papyrus, 2010.

_____. **Avaliação formativa: práticas inovadoras**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Campinas: Papyrus, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 – Calendário Escolar 2017

Considerando que a estruturação e validação do Calendário Escolar estão atreladas à publicação do Decreto do Executivo referente à definição dos feriados e pontos facultativos, bem como à visão e ações do próximo governo, as propostas que seguem poderão sofrer alterações para o ano letivo de 2017.

Calendário Escolar 2017 – Versão Preliminar Proposta A (Sem considerar 14/08 como ponto facultativo, dia 24/07 destinado à Reunião de Equipe e dia 25/07 à Reunião de Replanejamento):

 Prefeitura de SOROCABA		Secretaria da Educação		CALENDÁRIO ESCOLAR - 2017							
				EM/CEI							
Janeiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	1- Contratemperização Universal Férias docentes: de 02/01/2017 a 31/01/2017				
	1	2	3	4	5	6					7
	8	9	10	11	12	13					14
	15	16	17	18	19	20					21
	22	23	24	25	26	27					28
29	30	31									
1º BIMESTRE - Início: 11/02											
Fevereiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	01 - Reunião de equipe/ 02 e 03 - Planejamento (não letivo) 06 - Início do ano letivo - Escola Aberta 27 e 28 - Carnaval - Ponto Facultativo	ETAPA	DIAS LETIVOS	DIAS LETIVOS ACUMULADOS	
	-	-	1	2	3	4					
	5	6	7	8	9	10					11
	12	13	14	15	16	17					18
	19	20	21	22	23	24					25
	26	27	28	-	-	-					-
	CRECHE	15	15								
	PRÉ	15	15								
	EFM	15	15								
Março	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	1 - Cinzas - Ponto Facultativo 13 a 17 - RAEA (Creche: Não Letivo/ Pré-Escola e EFM: Letivo)				
	-	-	-	2	3	4					
	5	6	7	8	9	10					11
	12	13	14	15	16	17					18
	19	20	21	22	23	24					25
26	27	28	29	30	31	-					
	CRECHE	21	36								
	PRÉ	22	37								
	EFM	22	37								
Abril	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	13 - Reunião de Articulação - PPP (Creche: não-letivo; Pré-Escola e EFM: Letivo) 14 - Feriado: Paixão de Cristo 21 - Feriado: Tiradentes				
	-	-	-	-	-	7					8
	9	10	11	12	13	14					15
	16	17	18	19	20	21					22
	23	24	25	26	27	28					29
	30										
	CRECHE	17	53								
	PRÉ	18	55								
	EFM	18	55								
Maio	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	1 - Feriado (Dia do Trabalho) 8 a 12 - CC/SIAT (dia letivo) 15 a 19 - Reunião de Acompanhamento e Av. na Ed. Inf. (Creche: não letivo/Pré: Letivo)				
	-	1	2	3	4	5					6
	7	8	9	10	11	12					13
	14	15	16	17	18	19					20
	21	22	23	24	25	26					27
	28	29	30	31	-	-					-
	CRECHE	21	74								
	PRÉ	22	77								
	EFM	22	77								
Junho	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	12 a 14 - RAEA (Creche: Não Letivo/Pré-Escola e EFM: Letivo) 15 - Corpus Christi - 16 - Ponto Facultativo				
	-	-	-	1	2	3					
	4	5	6	7	8	9					10
	11	12	13	14	15	16					17
	18	19	20	21	22	23					24
25	26	27	28	29	30	-					
	CRECHE	19	93								
	PRÉ	20	97								
	EFM	20	97								
Julho	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	3 a 7 - CC/SIAT (EFM) (dia letivo) - Encerramento do 2º bimestre 9 - Feriado Estadual - Revolução Constitucionalista 10 a 21 - Recesso Escolar docente				
	-	-	-	-	-	1					
	2	3	4	5	6	7					8
	9	10	11	12	13	14					15
	16	17	18	19	20	21					22
	23	24	25	26	27	28					29
	CRECHE	15	108								
	PRÉ	5	102								
	EFM	5	102								
2º SEMESTRE (início: 26/07)											
3º BIMESTRE (início: 26/07)											
	CRECHE	4	112								
	PRÉ	4	106								
	EFM	4	106								
Agosto	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	15 - Feriado: Aniversário de Sorocaba 21 a 25 - RAEA (Creche: Não Letivo/EFM/Pré-Escola: Letivo)				
	-	-	1	2	3	4					5
	6	7	8	9	10	11					12
	13	14	15	16	17	18					19
	20	21	22	23	24	25					26
	27	28	29	30	31	-					-
	CRECHE	21	133								
	PRÉ	22	128								
	EFM	22	128								
Setembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	07 - Feriado: Independência do Brasil /8 - Ponto Facultativo 18 a 22 - Reunião de Acompanhamento e Av. na Ed. Inf. (Creche: não-letivo; Pré: Letivo)				
	-	-	-	-	-	1					2
	3	4	5	6	7	8					9
	10	11	12	13	14	15					16
	17	18	19	20	21	22					23
	24	25	26	27	28	29					30
	CRECHE	18	151								
	PRÉ	19	147								
	EFM	19	147								
Outubro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	02 a 06 - CC/SIAT (EFM: dia letivo) 12 - Feriado (NSA)/13 - Ponto Facultativo 28 - Dia do Funcionário Público				
	1	2	3	4	5	6					7
	8	9	10	11	12	13					14
	15	16	17	18	19	20					21
	22	23	24	25	26	27					28
	29	30	31	-	-	-					-
	CRECHE	20	171								
	PRÉ	20	167								
	EFM	20	167								
Novembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	02 - Feriado: Finados/3 - Ponto Facultativo 15 - Feriado: Proclamação da República 20 - Feriado: Dia da Consciência Negra				
	-	-	-	1	2	3					4
	5	6	7	8	9	10					11
	12	13	14	15	16	17					18
	19	20	21	22	23	24					25
	26	27	28	29	30	-					-
	CRECHE	18	189								
	PRÉ	18	185								
	EFM	18	185								
Dezembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sáb	01 - RAEA (Avaliação Institucional) (Creche: não-letivo; Pré e EFM: Letivo) 04 a 15 - Atividades de final de ano 11 - CC/SIAT - Conselho Final (dia letivo) 13 - Divulgação dos resultados finais/13 a 19 - Reconsideração e recursos 21 - Término do ano letivo 22 a 29 - Recesso escolar docente 25 - Feriado: Natal				
	-	-	-	-	-	1					2
	3	4	5	6	7	8					9
	10	11	12	13	14	15					16
	17	18	19	20	21	22					23
	24	25	26	27	28	29					30
	CRECHE	14	203								
	PRÉ	15	200								
	EFM	15	200								

HOMOLOGADO

APROVADO

ÁREA DE GESTÃO PEDAGÓGICA

ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL
E ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISOR DE ENSINO

CONSELHO DE ESCOLA

DIRETOR DA UNIDADE

DATA: ____/____/2017

DATA: ____/____/2017

DATA: ____/____/2017

DATA: ____/____/2017

DATA: ____/____/2017

- 1 - RAEA: 4 reuniões
- 2 - Conselho de escola: 1 reunião por bimestre - dia letivo
- 3 - APM: reuniões conforme estatuto - dia letivo
- 4 - Reunião de país: 1 por bimestre (dia letivo)
- 5 - Reunião de Ac. e Av. na Ed. Infantil: 1 por semestre

Calendário Escolar 2017 – Versão Preliminar Proposta B (Considerando 14/08 como ponto facultativo e dia 24/08 destinado às Reuniões de Equipe e Replanejamento):

 Prefeitura de SOROCABA		Secretaria da Educação		CALENDÁRIO ESCOLAR - 2017		EM/CEI			
Janeiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	1- Confraternização Universal Férias docentes: de 02/01/2017 a 31/01/2017		
	1	2	3	4	5	6			7
	8	9	10	11	12	13			14
	15	16	17	18	19	20			21
	22	23	24	25	26	27			28
29	30	31							
1º BIMESTRE - Início: 11/02									
Fevereiro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	01 - Reunião de equipe/ 02 e 03 - Planejamento (não letivo) 06 - Início do ano letivo - Escola Aberta 27 e 28 - Carnaval - Ponto Facultativo	ETAPA DIAS LETIVOS DIAS LETIVOS ACUMULADOS CRECHE 15 15 PRÉ 15 15 EFM 15 15	
	5	6	7	8	9	10			11
	12	13	14	15	16	17			18
	19	20	21	22	23	24			25
	26	27	28						
2º BIMESTRE - Início: 02/03									
Março	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	1 - Cirzas - Ponto Facultativo 13 a 17 - RAEA (Creche: Não Letivo/Pré-Escola e EFM: Letivo)	CRECHE 21 36 PRÉ 22 37 EFM 22 37	
	5	6	7	8	9	10			11
	12	13	14	15	16	17			18
	19	20	21	22	23	24			25
	26	27	28	29	30	31			
3º BIMESTRE - Início: 02/04									
Abril	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	13 - Reunião de Articulação - PPP (Creche: não-letivo; Pré-Escola e EFM: Letivo) 14 - Feriado: Paixão de Cristo 21 - Feriado: Tiradentes	CRECHE 17 53 PRÉ 18 55 EFM 18 55	
	2	3	4	5	6	7			8
	9	10	11	12	13	14			15
	16	17	18	19	20	21			22
	23	24	25	26	27	28			29
30									
4º BIMESTRE - Início: 02/05									
Maio	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	1 - Feriado (Dia do Trabalho) 8 a 12 - CC/SI/AT (dia letivo) 15 a 19 - Reunião de Acompanhamento e Av. na Ed. Inf. (Creche: não letivo/Pré: Letivo)	CRECHE 21 74 PRÉ 22 77 EFM 22 77	
	7	8	9	10	11	12			13
	14	15	16	17	18	19			20
	21	22	23	24	25	26			27
	28	29	30	31					
5º BIMESTRE - Início: 02/06									
Junho	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	12 a 14 - RAEA (Creche: Não Letivo/Pré-Escola e EFM: Letivo) 15 - Corpus Christi - 16 - Ponto Facultativo	CRECHE 19 93 PRÉ 20 97 EFM 20 97	
	4	5	6	7	8	9			10
	11	12	13	14	15	16			17
	18	19	20	21	22	23			24
	25	26	27	28	29	30			
6º BIMESTRE - Início: 02/07									
Julho	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	3 a 7 - CC/SI/AT(EFM)(dia letivo) - Encerramento do 2º bimestre 9 - Feriado Estadual - Revolução Constitucionalista 10 a 21 - Recesso Escolar docente	CRECHE 15 108 PRÉ 5 102 EFM 5 102	
	2	3	4	5	6	7			8
	9	10	11	12	13	14			15
	16	17	18	19	20	21			22
	23	24	25	26	27	28			29
7º BIMESTRE - Início: 02/08									
Agosto	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	24 - Reunião de Equipe 25 - Replanejamento (dia não letivo) 26 - Início do 3º bimestre	CRECHE 4 112 PRÉ 4 106 EFM 4 106	
	1	2	3	4	5	6			7
	8	9	10	11	12	13			14
	15	16	17	18	19	20			21
	22	23	24	25	26	27			28
8º BIMESTRE - Início: 02/09									
Setembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	07- Feriado: Independência do Brasil /8 - Ponto Facultativo) 18 a 22 - Reunião de Acompanhamento e Av. na Ed. Inf. (Creche: não-letivo; Pré: Letivo)	CRECHE 18 151 PRÉ 19 147 EFM 19 147	
	6	7	8	9	10	11			12
	13	14	15	16	17	18			19
	20	21	22	23	24	25			26
	27	28	29	30	31				
9º BIMESTRE - Início: 02/10									
Outubro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	02 a 06 - CC/SI/AT (EFM: dia letivo) 12 - Feriado (NSA)/13 - Ponto Facultativo) 28 - Dia do Funcionário Público	CRECHE 20 171 PRÉ 20 167 EFM 20 167	
	1	2	3	4	5	6			7
	8	9	10	11	12	13			14
	15	16	17	18	19	20			21
	22	23	24	25	26	27			28
10º BIMESTRE - Início: 02/11									
Novembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	02 - Feriado: Finados/3 - Ponto Facultativo 15 - Feriado: Proclamação da República 20 - Feriado: Dia da Consciência Negra	CRECHE 18 189 PRÉ 18 185 EFM 18 185	
	4	5	6	7	8	9			10
	11	12	13	14	15	16			17
	18	19	20	21	22	23			24
	25	26	27	28	29	30			
11º BIMESTRE - Início: 02/12									
Dezembro	Dom	Seg	Ter	Qua	Sex	Sáb	01 - RAEA (Avaliação Institucional) (Creche: não-letivo; Pré e EFM: Letivo) 04 a 15 - Atividades de final de ano 11- CC/SI/AT - Conselho Final (dia letivo) 13 - Divulgação dos resultados finais/13 a 19 - Reconsideração e recursos 21 - Término do ano letivo 22 a 29 - Recesso escolar docente 25 - Feriado: Natal	CRECHE 14 203 PRÉ 15 200 EFM 15 200	
	3	4	5	6	7	8			9
	10	11	12	13	14	15			16
	17	18	19	20	21	22			23
	24	25	26	27	28	29			30
31									

HOMOLOGADO

ÁREA DE GESTÃO PEDAGÓGICA

ÁREA DE GESTÃO EDUCACIONAL
E ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISOR DE ENSINO

CONSELHO DE ESCOLA

APROVADO

DIRETORIA DA UNIDADE

DATA: ___/___/2017

- 1 - RAEA: 4 reuniões
- 2 - Conselho de escola: 1 reunião por bimestre - dia letivo
- 3 - APM: reuniões conforme estatuto - dia letivo
- 4 - Reunião de pais: 1 por bimestre (dia letivo)
- 5 - Reunião de Ac. e Av. na Ed. Infantil: 1 por semestre

ANEXO 2

Orientações do Programa Escola Saudável e da Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar

A Seção de Apoio aos Programas de Saúde Escolar (SAPSE), em articulação ao Programa Escola Saudável (PES), tem o objetivo de contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar à comunidade escolar a participação em programas e projetos que promovam a saúde, o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos estudantes, por meio de ações integradas entre as Secretarias da Saúde e Educação e que impactam positivamente na qualidade de vida dos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.

Considerando que a escola é local privilegiado para as práticas de promoção de saúde e de prevenção de agravos de doenças, é fundamental a articulação desta com Unidades Básicas de Saúde (UBS), uma vez que essa parceria possibilita encaminhamentos e resolutividades, bem como definições acerca dos procedimentos a serem adotados pelas instituições diante de situações relacionadas à saúde escolar.

Desta forma, o PES e a SAPSE promovem as respectivas ações:

✓ **Promoção da saúde e Prevenção de doenças e agravos**

- Projeto Horta Educativa, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade de Sorocaba.
- Distribuição de materiais informativos e educativos nas Campanhas de vacinação e Combate à Dengue, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica);
- Sistematização das ações das Instituições Educacionais diante de situações que envolvam a saúde escolar, em parceria com a Vigilância em Saúde (Divisão de Vigilância Epidemiológica).

✓ Ações Formativas

Em parceria com outras secretarias, como Saúde, Meio Ambiente e Serviços Públicos, Fundo Social de Solidariedade do município, Faculdades/Universidades e Associações Culturais, o PES e a SAPSE desenvolvem ações formativas pontuais para os profissionais das equipes de Atenção Básica das Unidades de Saúde e das escolas da Rede Municipal de Ensino de Sorocaba com o objetivo de promover e prevenir riscos e agravos à saúde.

Orientações específicas para situações que envolvam riscos à Saúde Escolar

1. Meningite – Comunicado SEDU/DAGP nº 262/2016

Procedimentos a serem adotados pela Instituição Educacional diante de caso ou suspeita de meningite por parte de aluno ou funcionário.

A equipe da Instituição Educacional, tendo conhecimento de um caso ou suspeita de meningite, seja aluno(a) ou funcionário(a), deverá preencher o Formulário 1 (para aluno) ou o Formulário 2 (para funcionário) e enviá-lo por meio de correio eletrônico (*e-mail*), para os seguintes endereços:

Para	epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br
Com cópia	escolasaudavel@sorocaba.sp.gov.br

Após o envio das informações, a Vigilância Epidemiológica fará as devidas orientações à Instituição Educacional, conforme a confirmação da etiologia da meningite diagnosticada.

Formulário 1 – Informações auxiliares de aluno(a) com suspeita de meningite:

Nome da Instituição Educacional					
Endereço				Bairro	
Telefone			E-mail		
Informações sobre o(a) aluno(a)					
Nome					
Data de nascimento			Ano/Série		Turma
Período	Manhã <input type="checkbox"/>	Tarde <input type="checkbox"/>	Outro	<input type="text"/>	
Nome do (a) responsável				Telefone de contato	
Endereço do (a) aluno(a)				Bairro	
Nome do hospital em que o(a) aluno(a) está sendo ou foi atendido(a)					
Encontra-se internado(a)?	SIM <input type="checkbox"/>	NÃO <input type="checkbox"/>			
Data em que a Instituição recebeu a informação					

Formulário 2 – Informações auxiliares de funcionário(a) com suspeita de meningite:

Nome da Instituição Educacional					
Endereço				Bairro	
Telefone			E-mail		
Informações sobre o(a) aluno(a)					
Nome					
Data de nascimento			Ano/Série		Turma
Período	Manhã	<input type="checkbox"/>	Tarde	<input type="checkbox"/>	Outro <input type="text"/>
Nome do(a) responsável				Telefone de contato	
Endereço do (a) aluno(a)				Bairro	
Nome do hospital em que o(a) aluno(a) está sendo ou foi atendido(a)					
Encontra-se internado(a)?	SIM	<input type="checkbox"/>	NÃO	<input type="checkbox"/>	
Data em que a Instituição recebeu a informação					

2. Varicela/Catapora - Comunicado SEDU/DAGP nº 264/2016

Procedimentos a serem adotados pela Instituição Educacional diante de caso de Varicela/Catapora:

A equipe da Instituição Educacional, diante de casos de catapora/varicela diagnosticados por meio de atestado médico, tanto para aluno(a), como funcionário(a), deverá seguir o protocolo descrito abaixo, observando a idade das crianças que atende:

A) Crianças abaixo de seis anos (até 5 anos, 11 meses e 29 dias):

- Preencher o Formulário 3: Informações sobre alunos que foram diagnosticados com Varicela/Catapora;
- Enviar pesquisa aos pais dos alunos de toda a Instituição Educacional (Formulário 4);
- Verificar a situação vacinal da criança, específica de Varicela/Catapora;
- Digitar (não digitalizar) na planilha específica (Planilha 1) as informações sobre a situação vacinal, obtidas por meio da pesquisa enviada aos pais (Formulário 4);
- Preencher a Planilha 2 – Situação de todos os funcionários da Instituição Educacional, referente à Vacina da Varicela ou Tetra Viral, incluindo informações sobre possíveis gestantes (informando qual semana de gestação e peso corporal).

Importante: Com a confirmação de apenas um (1) caso na Instituição Educacional já é desencadeado o bloqueio vacinal para crianças menores de cinco (5) anos que ainda não tenham sido vacinadas até a data do levantamento.

B) Crianças acima de 6 anos

Com a confirmação de apenas um (1) caso de catapora na Instituição Educacional já é necessário realizar os procedimentos descritos abaixo:

- Preencher o Formulário 3: Informações sobre alunos que foram diagnosticados com Varicela/Catapora;
- Enviar pesquisa aos pais dos alunos de toda a Instituição Educacional (Formulário 4);
- Preencher a Planilha 2 – Situação de todos os funcionários da Instituição Educacional, referente à Vacina da Varicela ou Tetra Viral, incluindo informações sobre possíveis gestantes (informando qual semana de gestação e peso corporal). **As funcionárias gestantes que não tiveram a doença devem evitar exposição especialmente no primeiro trimestre da gestação. Não é indicado vacina contra varicela na gestação.**

Para que a Vigilância Epidemiológica da Secretaria da Saúde possa dar seguimento ao bloqueio, os arquivos com as informações levantadas devem ser encaminhados aos seguintes endereços eletrônicos:

Para	epidemiologica@sorocaba.sp.gov.br
Com cópia	escolasaudavel@sorocaba.sp.gov.br

Prazo para o envio das informações: Dez (10) dias, a contar da data da primeira confirmação de caso da doença na Instituição.

Para outras informações sobre a doença, consultar os links:

1. <http://www.brasil.gov.br/saude/2015/02/transmissao-da-catapora-se-da-entre-1-a-2-dias-antes-das-lesoes>
2. <https://agencia.fiocruz.br/catapora-0>
3. <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/catapora.htm>
4. <http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/catapora-pediatra-explica-os-sintomas-o-tratamento-e-como-se-prevenir>

Seguem os formulários e modelos de planilhas a serem utilizados:

Formulário 3 – Dados dos alunos que apresentaram varicela/catapora:

Nome da Instituição					
Número total de alunos da Instituição			Data		
1) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
2) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
3) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
4) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
5) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					
6) Nome completo do(a) Aluno(a)					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Data dos primeiros sintomas ou do atestado					

Formulário 4 – Pesquisa aos pais

 Prefeitura de SOROCABA Secretaria da Saúde Secretaria da Educação		Instituição Educacional (Digitar o nome da escola)			
Senhores Pais ou Responsáveis: Registramos em nossa Instituição Educacional um caso de Catapora/Varicela. Para que possamos tomar medidas de prevenção da doença, solicitamos que o pai/responsável responda as seguintes perguntas, assinalando com um X na resposta correspondente:					
1 – Seu filho já teve a doença Catapora/Varicela?				SIM	
				NÃO	
2 – Seu filho já tomou a vacina contra Catapora/Varicela*?				SIM	
				NÃO	
<i>* A vacina de Varicela faz parte do calendário básico de vacinação desde Out/2013 e é administrada aos 15 meses, poderá estar registrada na carteirinha de vacinas da criança como Tetra Viral, <u>SCR+Varicela</u> ou apenas como Varicela.</i>					
Nome completo do aluno					
Data de nascimento		Ano/Série		Turma	
Responsável pelas informações:					
Nome completo					
Grau de parentesco			Data		

Planilha 1 – para informações de alunos menores de cinco anos da Instituição Educacional (todas as classes), referente à Vacina da Varicela/Catapora ou Tetra Viral

A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Planilha para avaliação de crianças a serem vacinadas para Varicela							
2	Escola	Sala	Professor					
3								
4								
5	Nome Completo do Aluno	Data de Nasc.	Já teve catapora?		Já tomou vacina contra catapora em anos anteriores			
6	1		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
7	2		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
8	3		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
9	4		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
10	5		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
11	6		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
12	7		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
13	8		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
14	9		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
15	10		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
16	11		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
17	12		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
18	13		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
19	14		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
20	15		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
21	16		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
22	17		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
23	18		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
24	19		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
25	20		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
26	21		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
27	22		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
28	23		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
29	24		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
30	25		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
31	26		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
32	27		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
33	28		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
34	29		(sim)	(não)	(sim)	(não)		
35	30		(sim)	(não)	(sim)	(não)		

Instruções para preenchimento da lista

Salvar a planilha no seu computador.
 Preencher uma planilha para cada sala com todos os dados.
NÃO ALTERAR ESTA PLANILHA E NEM SALVAR EM OUTRO FORMATO.
 Encaminhar planilha por e-mail digitada * **NÃO PODE SER DIGITALIZADA.**

Planilha 2 – informações de todos os funcionários da Instituição Educacional, referente à Vacina da Varicela/Catapora ou Tetra Viral, apontando possíveis gestantes (informando qual semana de gestação e peso corporal).

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
1	Planilha para avaliação dos funcionários a serem vacinados para Varicela												
2	Escola	Sala	Professor		RESPONDER BOM E EM CASO POSITIVO, PARA FUNCIONÁRIA GESTANTE								
3													
4													
5	Nome Completo do Funcionário	Cargo/Função	Já teve catapora?		Já tomou vacina contra catapora em anos anteriores			E GESTANTE?		Informe em qual semana de gestação se encontra	Peso Kg		
6	1		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
7	2		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
8	3		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
9	4		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
10	5		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
11	6		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
12	7		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
13	8		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
14	9		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
15	10		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
16	11		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
17	12		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
18	13		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
19	14		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
20	15		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
21	16		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
22	17		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
23	18		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
24	19		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
25	20		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
26	21		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
27	22		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
28	23		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
29	24		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
30	25		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
31	26		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
32	27		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
33	28		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
34	29		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
35	30		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
36	31		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
37	32		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
38	33		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
39	34		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
40	35		(sim)	(não)	(sim)	(não)							
41	36		(sim)	(não)	(sim)	(não)							

Instruções para preenchimento da lista

Salvar a planilha no seu computador.
 Preencher uma planilha para cada sala com todos os dados.
NÃO ALTERAR ESTA PLANILHA E NEM SALVAR EM OUTRO FORMATO.
 Encaminhar planilha por e-mail digitada * **NÃO PODE SER DIGITALIZADA.**

3. Combate Permanente contra o Mosquito Aedes Aegypti

Orientamos que as Instituições Educacionais realizem vistoria semanal, eliminando os possíveis focos de criadouros do mosquito Aedes Aegypti. O registro dessa ação deve ser efetivado por meio da planilha eletrônica disponibilizada pela Defesa Civil, por meio do *link*: <http://goo.gl/forms/6creBgOnVs>.

Uso de repelente

No que se refere à aplicação de repelentes, a Instituição Educacional pode orientar os pais/responsáveis que sigam a recomendação do Departamento de Dermatologia Pediátrica da Sociedade Brasileira de Dermatologia, o qual limita a quantidade diária de uso do produto, como segue: crianças até seis meses de idade não podem usar repelentes, de seis meses a dois anos - aplicar uma vez, entre dois a sete anos - aplicar até duas vezes.

Considerando que o repelente é um cosmético que pode causar reações alérgicas locais e sistêmicas, que esses produtos devem ser usados com cautela e, preferencialmente, com a orientação do Pediatra, fica a família responsável por realizar esta ação de proteção (aplicação) em sua criança.

4. Limpeza do tanque de areia

A orientação para a limpeza do tanque de areia segue o Comunicado Técnico nº 31 do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo de 12 de abril de 2012.

Diário Oficial Poder Executivo
Seção I

Estado de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344
DOE de 13/04/2012 – p.27

COMUNICADO TÉCNICO CVS 31, de 12 de abril de 2012

A Diretora Técnica do Centro de Vigilância Sanitária – órgão vinculado à Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde – no exercício de sua atribuição de estabelecer referências para prevenir riscos à saúde da população e orientar as instâncias regionais e municipais do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (Sivisa), torna público o seguinte

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA PREVENÇÃO DE RISCOS SANITÁRIOS NO USO DE TANQUES E OUTROS COMPARTIMENTOS COM AREIA, DESTINADOS À RECREAÇÃO INFANTIL, LAZER E ESPORTE.

É comum a prática de se preencher tanques ou outros compartimentos com areia para recreação infantil em creches, parques públicos e playgrounds. A areia é também usualmente empregada em quadras esportivas e outros locais próprios às práticas recreativas.

A areia é utilizada porque facilita, protege e tornam mais agradáveis tais atividades. No entanto, a areia é também muito apreciada por animais, especialmente cães e gatos, que tem por hábito utilizar tanques e outros compartimentos cobertos com o material para atender suas necessidades fisiológicas.

O contato dos usuários – crianças ou adultos – com fezes e urina desses animais implica riscos de parasitoses e dermatites (toxoplasmose, bicho geográfico etc.), dentre outras doenças.

Por conta disto, as seguintes medidas podem ser adotadas para minimizar riscos à saúde:

1. O primeiro aspecto a considerar na manutenção das condições sanitárias dos tanques ou outros compartimentos com areia diz respeito à interposição de barreiras físicas – telas com malhas finas, grades, cercas etc. – que impeçam ou restrinjam o acesso de animais à areia contida nesses locais.
2. Na impossibilidade de cercar os tanques ou outros compartimentos, pode-se providenciar, em certos casos, sua cobertura com lona plástica ou outro material similar durante o período em que não estiverem sendo utilizados pelas crianças. A instalação de equipamentos fixos, como gangorras ou balanços, dificulta essa cobertura.
3. Outro aspecto importante a considerar é a localização dos tanques ou outros compartimentos. Deve-se evitar instalá-los em áreas sombreadas, pois o sol minimiza a proliferação de microorganismos patogênicos.
4. É importante também que a camada superficial de areia, aquela geralmente mais exposta à contaminação, seja diariamente revolvida e periodicamente substituída.
5. No caso de suspeita de infestação, toda a areia do tanque deve ser substituída.
6. O uso de soluções de cloro (hipoclorito de sódio) para desinfecção da areia tem eficiência relativa, pois sua ação é limitada, combatendo apenas larvas e não ovos de protozoários. Além disso, se não usado adequadamente, o cloro pode causar queimaduras nos usuários.
7. Por fim, deve-se impedir o consumo de alimentos no interior do tanque e de outros compartimentos, uma vez que a presença de restos de comida atrai insetos, roedores, pombos, gatos e outros animais, gerando riscos de outras doenças, como leptospirose e toxoplasmose.
8. É importante que próximo aos tanques ou outros compartimentos com areia seja instalado um ponto de água, de forma a facilitar a higienização dos usuários, permitindo assim que eles lavem as partes do corpo que estiveram em contato com a areia. Para melhor orientar os usuários, aconselha-se fixar avisos próximos a estes locais com a seguinte mensagem: "Após sair do recinto, remova a areia do corpo e lave mãos e pés".

Figura 2 - Fonte: <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/zip/12comcvs31.pdf>

5. Medicamentos

Com relação à administração de medicamentos, orientamos o que segue:

- Toda medicação prescrita em receituário médico aos alunos da rede municipal de ensino, deverá ser administrada pelos pais ou responsáveis, em casa, de forma que os horários sejam programados fora do período escolar;
- Caso um ou mais horários destinados à administração do medicamento coincidam com o horário de permanência do aluno na escola, desde que o mesmo não esteja afastado por atestado médico, os pais ou responsáveis poderão administrar o medicamento no ambiente escolar, com prévia autorização da Equipe Gestora, com o intuito de garantirmos o trabalho pedagógico e a rotina escolar.

6. Pediculose

Para casos de pediculose (piolho), orientamos os seguintes procedimentos:

- ✓ Realizar um trabalho educativo, orientando a comunidade escolar sobre a problemática e formas de combate e prevenção;
- ✓ Comunicar os pais e/ou responsáveis da existência de casos de pediculose na escola;
- ✓ Entrar em contato com a Unidade Básica de Saúde de referência verificando a disponibilidade de xampu para ser entregue à população;
- ✓ Divulgar informativo sobre pediculose elaborado pela Fiocruz, disponível no endereço eletrônico:

<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/piolho-pesquisador-aponta-mitos-e-verdades-sobre-pediculose>

7. Encaminhamentos aos Serviços de Saúde

Avaliação das condições de saúde do educando

Quando o profissional da educação observa alteração no aspecto físico do aluno, como por exemplo: manchas pelo corpo, olhos inchados ou lacrimejantes, dificuldade para enxergar, ouvir ou sintomas como dores intestinais, febre, diarreia, este deverá comunicar a família e encaminhar o aluno para o serviço de saúde, por meio da **Guia de Encaminhamento do Programa Escola Saudável (Formulário 5)**, com o objetivo de avaliar a saúde dos estudantes e possibilitar que tenham atendimento em sua Unidade Básica de Saúde (UBS) de referência.

É importante ressaltar que não basta avaliar e identificar os problemas, mas promover a autonomia e o autocuidado dos escolares, contribuindo para a prevenção de doenças. Nesse sentido, os programas intersetoriais da Secretaria da Saúde e da Secretaria da Educação realizam ações avaliativas no espaço escolar, como exemplo:

- **Promoção da Saúde Bucal na Escola:** as equipes de Odontologia da Secretaria da Saúde, por meio dos programas: SEPTO, MÓDULO e TRAILLER, promovem ações educativas de incentivo ao desenvolvimento do hábito de escovação diária e realizam o tratamento dentário, quando necessário, no ambiente escolar;
- **Programa Saúde na Escola (PSE),** por meio da parceria com os Ministérios da Saúde e da Educação, são realizadas ações que são prioritárias para os estudantes, sob o ponto de vista epidemiológico, como: avaliação antropométrica, avaliação oftalmológica e bucal, verificação da situação vacinal.

Formulário 5 – Guia de Encaminhamento do Programa Escola Saudável:



ESCOLA SAUDÁVEL

PROGRAMA ESCOLA SAUDÁVEL
SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO

Ao serviço de Saúde Data ____/____/____

Através da parceria estabelecida entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde – “Programa Escola Saudável”, solicitamos a avaliação médica para o(a) aluno(a):

DN ____/____/____, regularmente matriculado(a) nesta escola, pois o(a) mesmo(a) está apresentando os seguintes sintomas: _____

Atenciosamente,

Nome e
Carimbo da Escola

Nome legível do Professor ou
Responsável



ESCOLA SAUDÁVEL

PROGRAMA ESCOLA SAUDÁVEL
DEVOLUTIVA DA AVALIAÇÃO

À Escola Data ____/____/____

Informo que o(a) aluno(a) _____

Foi diagnosticado(a) _____

e a conduta adotada _____

O(a) aluno(a) deverá ser afastado(a) da escola:

() Não

() Sim, por _____ dias.

Atenciosamente.

Nome e Carimbo do Profissional

ANEXO 3

Orientações – Seção de Alimentação Escolar (SAE)

A Seção de Alimentação Escolar (SAE) da Secretaria da Educação do Município de Sorocaba tem sob sua responsabilidade o desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa suprir as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na sala de aula, e contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar e para a formação de bons hábitos alimentares, por meio da oferta de uma alimentação saudável, equilibrada e adequada para as crianças.

A SAE é responsável pelas diretrizes do plano alimentar nas instituições educacionais, gerenciando sua operacionalização pela empresa terceirizada e acompanhando sua aplicação diária pela equipe escolar.

Com isso, apresentamos as principais orientações, documentações, controles diversos, dentre outros, que são essenciais na integração da escola com sua rotina alimentar, esperando contribuir para um bom atendimento aos alunos.

Cardápio

Os cardápios são elaborados visando atender as recomendações do PNAE em relação à frequência de gêneros, aporte nutricional adequado à faixa etária e promoção de alimentação saudável. Os alimentos previstos nos cardápios são entregues nas instituições educacionais, seguindo cronograma pré-estabelecido.

A responsabilidade na elaboração dos cardápios e escolha dos gêneros utilizados é da equipe técnica da SAE.

Alteração de Cardápio

Considerando que os cardápios são elaborados de acordo com as recomendações do PNAE e a entrega dos gêneros requer planejamento, qualquer alteração de cardápio deve ser enviada à SAE, com pelo menos 15 dias de antecedência, acompanhada de justificativa, por exemplo: reunião ou atividades

extracurriculares.

Oferta de itens não previstos em cardápio

Atualmente há uma frequente exposição das crianças na faixa etária escolar aos alimentos do tipo guloseimas, frituras, refrigerantes e outras bebidas de baixo valor nutricional, bem como um grande apelo publicitário destes. O consumo de alimentos industrializados de alta densidade energética (com grande quantidade de gorduras e/ou açúcar), ricos em sódio e baixo valor nutricional (pobre em minerais e vitaminas), aliado ao comportamento sedentário, são apontados como principais causas do aumento de doenças crônicas (obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemia) entre crianças nas fases pré-escolar e escolar no Brasil.

Considerando a escola como um ambiente de promoção de hábitos alimentares saudáveis, com notável influência na formação de crianças e adolescentes, a equipe técnica da SAE orienta para a oferta de alimentos saudáveis e seguros e a não disponibilidade de alimentos não saudáveis no ambiente escolar.

Dietas Especiais

Dentre os objetivos do PNAE, presentes na Resolução FNDE nº 26/2013, destaca-se o atendimento às necessidades nutricionais de estudantes. Dessa forma, a SAE realiza o atendimento de todos os escolares matriculados na rede pública da cidade, oferecendo alimentação saudável e adequada, em conformidade com a faixa etária e o tempo de permanência na escola, bem como o atendimento diferenciado aos alunos que apresentam patologias que exijam necessidades nutricionais especiais, oferecendo e disponibilizando gêneros dentro das possibilidades estabelecidas no contrato vigente e realizando as adaptações necessárias ao cardápio.

A escola, através de toda a sua equipe, deve apoiar o escolar e facilitar a criação de atitudes positivas em relação à patologia que o estudante apresenta e colaborar na sua integração social.

Procedimentos para solicitação de Dietas Especiais:

O diretor da instituição educacional fica responsável por:

- Solicitar, aos pais ou responsáveis, um laudo/prescrição médica com a descrição clara do diagnóstico, devidamente assinado pelo profissional de saúde e com o CID da patologia;
- Preencher corretamente a Ficha de Solicitação para Fornecimento de Dieta Especial, que segue como modelo, e anexar cópia da prescrição médica. Encaminhar a documentação via malote para a SAE;
- Comunicar a SAE caso o atendimento do aluno apresente intercorrências;
- Encaminhar a SAE quaisquer alterações nas prescrições médicas ou altas médicas da patologia em questão;
- Intermediar o contato entre os educadores, as cozinheiras escolares e os alunos em questão;
- Promover ações de inclusão e conscientização dos alunos em relação à alimentação diferenciada dentro do grupo;
- As prescrições médicas devem ser atualizadas a cada 12 meses.

Ações de Educação Nutricional

As práticas alimentares são desenvolvidas durante toda a vida, sendo que os primeiros anos constituem um período muito importante para a aquisição de hábitos alimentares que promovam a saúde do indivíduo desde a infância até a idade adulta. Dessa forma, a equipe técnica da SAE atua como articuladora de ações de Educação Nutricional, realizando orientações durante visitas às instituições educacionais, reuniões e palestras para diretores de escolas, educadores, pais e alunos, e apoio no desenvolvimento de atividades relacionadas. Essas ações podem ser solicitadas pela direção escolar, e agendadas conforme disponibilidade, pelo e-mail alimentacaoescolar@sorocaba.sp.gov.br.

FICHA DE SOLICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE DIETA ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

NOME ESCOLA:	DATA:
--------------	-------

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA

NOME:	
DATA DE NASCIMENTO:	SEXO: () Masculino () Feminino
SÉRIE / ETAPA:	PERÍODO: () Manhã () Tarde () Integral
PROFESSOR(A) E/OU AUXILIAR DE EDUCAÇÃO:	

DIAGNÓSTICO MÉDICO / NUTRICIONAL

() Diabetes	() Colesterol elevado (Hipercolesterolemia)
() Intolerância à lactose / Alergia ao leite de vaca	() Triglicérides elevado (Hipertrigliceridemia)
() Refluxo Gastroesofágico	() Doença Celíaca
() Sobrepeso / Obesidade	() Outras: _____
() Alergia aos alimentos: _____	

* É OBRIGATÓRIO ANEXAR UMA CÓPIA DA PRESCRIÇÃO MÉDICA A ESTA SOLICITAÇÃO. ENVIAR A FICHA DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA AO PROTOCOLO DA SEDU. EM CASO DE DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM A SEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELO E-MAIL ALIMENTACAOESCOLAR@SOROCABA.SP.GOV.BR.

OBSERVAÇÕES:

IDENTIFICAÇÃO DA DIREÇÃO DA UNIDADE

NOME DO DIRETOR(A):

UNIDADE ESCOLAR	NUTRICIONISTA – PREFEITURA DE SOROCABA
_____	_____
CARIMBO E ASSINATURA	CARIMBO E ASSINATURA

ANEXO 4

Orientações do Programa Escola da Escola

Este Programa da Secretaria da Educação tem como finalidade a promoção da formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, nas diversas áreas do conhecimento e em gestão pública e pedagógica. Possui como eixo central a elaboração de estratégias formativas articuladas ao desenvolvimento profissional, ao cotidiano escolar e às práticas educativas, em parceria com as instituições de ensino superior, Programas e Projetos da Secretaria da Educação e demais secretarias, nas modalidades presencial e à distância. A estratégia organizativa consolida-se na criação de espaços de discussão, pesquisa e inovação, tendo como premissa os profissionais como sujeitos de sua formação, reafirmando a interface cultura/sociedade.

Objetivos:

- Valorizar os profissionais da rede, por meio da criação e divulgação de práticas que articulem conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos;
- Promover ações que viabilizem o desenvolvimento profissional dos educadores, gestores e demais profissionais da educação;
- Fomentar o estudo e a pesquisa, por meio da parceria entre o ensino superior e a educação básica e as demais instituições;
- Incentivar a criação de espaços para discussão, busca e problematização da prática educativa;
- Organizar estratégias formativas, considerando o uso da Tecnologia, interatividade e redes virtuais de informação;
- Elaborar processos formativos, por meio de pesquisa, reflexão, experimentação e inovação de práticas de gestão e educativas que valorizem a interface educação/sociedade;
- Fomentar discussões acerca da elaboração da Política de Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino.

Estratégia institucional:

O Programa Escola da Escola organiza as propostas formativas por meio do Catálogo de Cursos, ofertado aos profissionais da Educação semestralmente e constitui o Plano Anual de Capacitações (PAC) da Secretaria da Educação, de acordo com o Decreto nº 22.119, de 15 de dezembro de 2015. As temáticas abordadas originam-se, principalmente, pela pesquisa da demanda formativa, encaminhada anualmente às Instituições de Ensino, bem como pelos temas em pauta nos Grupos de Trabalho (GTs), instituídos pela Diretoria de Área de Gestão Pedagógica e as Diretrizes da Secretaria da Educação.

Orientações gerais:

A Secretaria Municipal da Educação, considerando a necessidade de regulamentar a oferta de cursos de Formação Continuada, oferecidos na Modalidade “**Livre Escolha**” e o Decreto nº 22119, de 28 de dezembro de 2015, expede as seguintes orientações:

I - Da divulgação

1. Os cursos serão divulgados pela Secretaria da Educação, por meio do Programa Escola da Escola, em comunicado próprio, expedido pela Diretoria de Área de Gestão Pedagógica (DAGP);
2. As ofertas ficarão disponíveis também no site da Secretaria da Educação: www.educacao.sorocaba.sp.gov.br;
3. É de responsabilidade do diretor ou, na sua ausência, de outros integrantes da equipe gestora da Instituição Educacional, divulgar os comunicados sobre os cursos e dar ciência aos profissionais de sua Instituição.

II - Da inscrição

1. As inscrições para os cursos deverão ser realizadas em formulário próprio, no endereço eletrônico disponibilizado em cada comunicado expedido pela Diretoria de Área de Gestão Pedagógica (DAGP);
2. As vagas serão preenchidas atendendo ao público alvo e a ordem de inscrição, respeitando o limite de vagas de cada curso;
3. O formulário para inscrição será bloqueado após ter esgotado o número de vagas de cada curso. A lista com os inscritos será disponibilizada no site da Secretaria da Educação: www.educacao.sorocaba.sp.gov.br.

III - Do cancelamento /desistência

1. O servidor que necessitar cancelar sua inscrição, deverá fazê-lo encaminhando a justificativa para o e-mail escoladaescola@sorocaba.sp.gov.br, com até 48 horas antes do início do curso. O não atendimento a essa orientação acarretará análise de inscrições posteriores.

IV - Da frequência e certificação

1. É imprescindível a presença no primeiro encontro do curso. A ausência caracteriza desistência;
2. O servidor, no primeiro dia do curso, deverá conferir seus dados na lista de presença para emissão do certificado;
3. Os horários de entrada e saída deverão ser rigorosamente respeitados. Haverá tolerância de até 10 minutos; após esse prazo, as listas de presença serão recolhidas;
4. Entrega das tarefas solicitadas pelos formadores é requisito básico para certificação, quando o curso possuir horas destinadas à estudo e pesquisa;
5. Os certificados serão emitidos com a carga horária específica de cada curso e mediante a comprovação de frequência de 80% (oitenta por cento) de presença;

6. Os certificados serão emitidos pela Escola de Gestão Pública (EGP);
7. Casos omissos a essas orientações serão analisados e avaliados pela Secretaria da Educação.

Parceiros

O chamamento para formadores se faz pela articulação do Programa Escola da Escola, com os parceiros abaixo relacionados, que contribuem, graciosamente, para o desenvolvimento das propostas:

- Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);
- Universidade do Sorocaba (UNISO);
- Universidade de São Paulo (USP);
- Universidade de Campinas (UNICAMP);
- Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP);
- SESC;
- Oficina Grande Otelo;
- Secretaria da Cidadania;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Secretaria da Educação de Campinas;
- Projeto Bebeteca;
- Programa Escola Saudável;
- Programa Escola Digital;
- Divisão de Educação Especial (DEE);
- Recuperação Paralela;
- Educação de Jovens e Adultos.

ANEXO 5

Orientações da Divisão de Educação Especial

Estrutura e organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE

O Atendimento Educacional Especializado, compreendido como serviço da Educação Especial, é oferecido na Rede Municipal de Ensino aos estudantes:

- I. com deficiência, aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- II. com transtornos globais do desenvolvimento, que são aqueles que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil;
- III. com altas habilidades/superdotação, que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Segundo a Política Municipal de Acessibilidade, Lei Ordinária nº 11.417/2016, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades;
- d) a restrição de participação.

Serviços do Atendimento Educacional Especializado:

1) Sala de Recursos Multifuncionais

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos público alvo da Educação Especial (Deficiência Física, Sensorial e Intelectual, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação).

O atendimento é realizado sempre no contra-turno, e é ministrado por professor integrante do quadro efetivo/estável, com formação em Educação Especial/Inclusiva, que tenha participado de Processo Seletivo realizado pela Rede Municipal de Ensino de Sorocaba.

O Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, em articulação com o Orientador Pedagógico, Professor da Sala Regular e Divisão de Educação Especial, garantindo a plena participação dos alunos em contexto escolar.

O ingresso do estudante com deficiência na Sala de Recursos Multifuncionais poderá ocorrer em qualquer período do ano letivo, bastando a equipe gestora encaminhar os pais/responsáveis para uma das SRMs, de acordo com a proximidade residencial ou da própria escola.

Cabe ao Professor da SRM, em articulação com o Professor da sala regular e Orientador Pedagógico (com orientação da Equipe Multidisciplinar), a elaboração e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI).

Quanto às atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado, destacam-se:

- Realizar atendimento educacional especializado em turno inverso ao do ensino regular, por meio de um plano de trabalho organizado de acordo com a necessidade apresentada pelo aluno, podendo esse atendimento ocorrer na sala de recursos localizada na escola em que o aluno estiver matriculado ou em outra escola da região;

- Atuar colaborativamente com o professor da classe comum, nas avaliações pedagógicas e encaminhamentos, nas adequações curriculares, elaborando estratégias necessárias para a construção do conhecimento, como também participando do processo avaliativo;
- Participar de planejamentos, Conselhos de Classe, Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), Reuniões de Avaliação Ensino Aprendizagem (RAEA) e de outras atividades realizadas na escola e de atividades propostas pela Divisão de Educação Especial;
- Orientar a família em ações que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes;
- Articular, junto à Equipe Gestora, o monitoramento e atualização de dados do censo escolar, bem como os levantamentos de informações solicitadas pela SEDU;
- Colaborar com a Equipe Gestora na formação continuada sobre Educação Inclusiva.

Relação das Escolas com Sala de Recursos Multifuncionais em 2016:

- 01 CEI 28 Rauldinéia Esteves Machado
- 02 EM Achilles de Almeida, Dr.
- 03 EM Ary de Oliveira Seabra, Prof.
- 04 EM Avelino Leite de Camargo
- 05 EM Basílio Costa Daemon, Prof.
- 06 EM Benedicto José Nunes, Prof.
- 07 EM Darlene Devasto, Prof.^a
- 08 EM Dr. Hélio Rosa Baldy, Dr.
- 09 EM Duljara Fernandes de Oliveira
- 10 EM Edward Frufu Marciano da Silva
- 11 EM Flávio de Souza Nogueira, Prof.
- 12 EM Getúlio Vargas, Dr.
- 13 EM Inez Rodrigues Cesarotti, Prof. ^a
- 14 EM Irineu Leister, Prof.
- 15 EM José Carlos Florenzano, Prof.
- 16 EM José Mendes
- 17 EM Julica Bierrenback
- 18 EM Léa Edy Alonso Saliba, Prof. ^a

- 19 EM Leda Therezinha Borghesi Rodrigues
- 20 EM Leonor Pinto Thomaz
- 21 EM Luiz de Almeida Marins, Prof.
- 22 EM M^a de Lourdes A. de Moraes, Prof. ^a
- 23 EM Maria de Lourdes M. Martinez, Prof. ^a
- 24 EM Maria Domingas T. de Góes, Prof. ^a
- 25 EM Maria Ignez Figueiredo Deluno, Prof. ^a
- 26 EM Matheus Maylasky
- 27 EM Milton Leite Oliveira, Dr.
- 28 EM Norma Justa Dall'Ara, Prof. ^a
- 29 EM Oswaldo de Oliveira, Prof. ^a
- 30 EM Paulo Fernando Nobrega Tortello, Prof.
- 31 EM Quinzinho de Barros
- 32 EM Rosa Cury
- 33 EM Tereza Ciambelli Gianini
- 34 EM Walter Carretero, Prof.
- 35 EM Zilah Dias de Mello Scherepel, Prof. ^a

2) Profissionais de Apoio

São profissionais que subsidiam a realização de ações de locomoção, higiene, alimentação e comunicação, prestando auxílio individualizado, ou a pequenos grupos, que apresentam limitações funcionais (severa/grave) de ordem física e/ou mental de caráter temporário ou permanente.

O encaminhamento desses profissionais ocorre considerando as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua **condição de funcionalidade** e não à sua condição de deficiência, mediante avaliação da Equipe Multidisciplinar, em articulação com a Seção de Apoio à Educação Especial.

O encaminhamento do profissional de apoio será realizado para o estudante que apresentar extrema:

- Dependência nas atividades de vida diária: comunicação, orientação, compreensão, higiene pessoal, alimentação, vestimenta, manipulação de objetos, uso do vaso sanitário, troca de fraldas;
- Dependência postural ou na locomoção e mobilidade: sentar, levantar, transferência da cadeira de rodas.

A Equipe Gestora deverá enviar solicitação, via correio eletrônico, anexando relatório médico que indique a limitação funcional ou deficiência do aluno e elaborar relatório descrevendo a necessidade específica em ambiente escolar.

3) Intérprete de Libras

O Intérprete de Libras pode ser encaminhado para o apoio aos estudantes com Surdez ou Deficiência Auditiva, que se utilizam da Língua Brasileira de Sinais. O acompanhamento pode ser realizado em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à aprendizagem.

A equipe gestora da Instituição Educacional deverá enviar ofício, via correio eletrônico, solicitando o Interlocutor de Libras, indicando a turma e o período em que o estudante está matriculado.

4) Classe Hospitalar

O trabalho desenvolvido pelos Professores que compõem a equipe da Classe Hospitalar é destinado aos estudantes que se encontram impossibilitados de frequentar as aulas na escola, em razão de tratamento de saúde e que **implique em internação hospitalar ou atendimento ambulatorial no Hospital GPACI.**

5) Equipe Multidisciplinar

Equipe composta por Assistentes Sociais (3), Psicólogos (7), Terapeutas Ocupacionais (3), Fisioterapeuta (1) e Fonoaudiólogos (4), com ênfase no trabalho formativo, preventivo e interventivo, junto às Instituições Educacionais Municipais, atendendo às demandas escolares/educacionais, em articulação com a Divisão de Educação Especial, comunidade escolar e demais redes de apoio.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/01 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, consideram-se alunos com Necessidades Educacionais Especializadas, aqueles que durante o processo

educacional, apresentarem:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;

b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

Os casos que se enquadrarem nos grupos acima e que necessitem de orientação multidisciplinar, deverão encaminhados via ofício pela Equipe Gestora, para o e-mail da Divisão de Educação Especial, com os seguintes dados:

Nome da Escola:

Nome da Equipe Gestora:

Nome da Professora:

Nome da criança:

Data de nascimento:

Turma/período:

Nome do responsável pela criança:

Grau de parentesco:

Relatório: (descrição da situação)

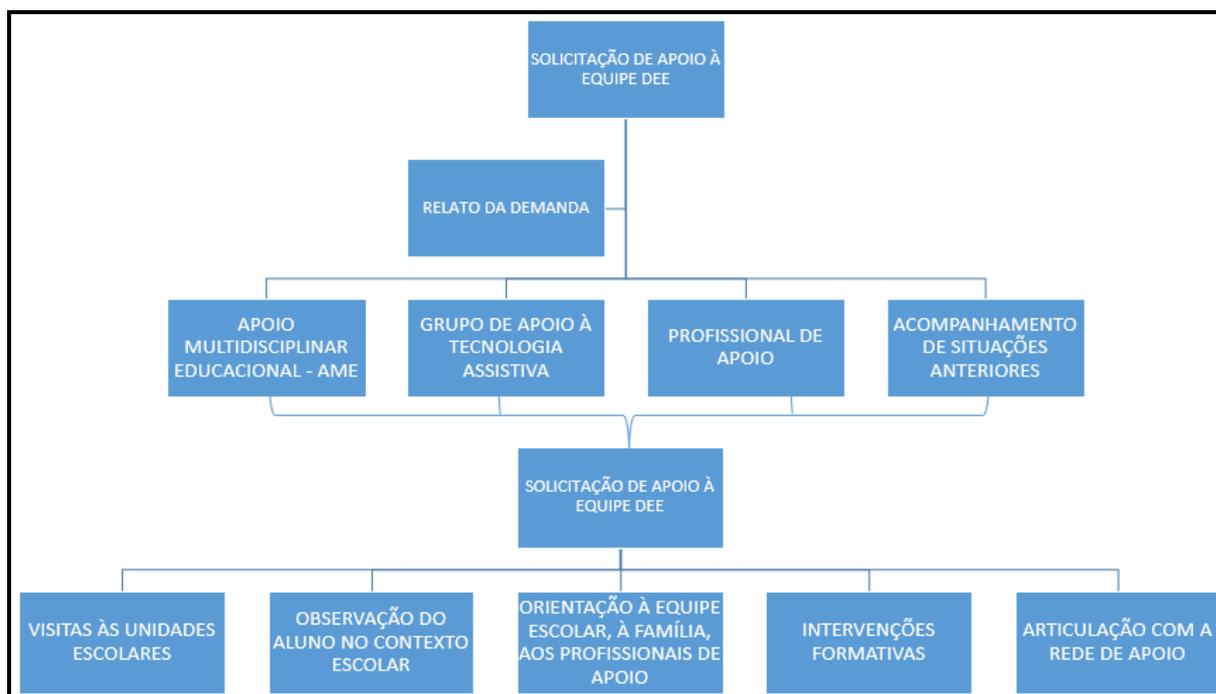
Contatos:

E-mail: educacaoespecial@sorocaba.sp.gov.br

Tel. 3238-9080

Tel. 3238-9086

FIGURA 1 – FLUXO DE TRABALHO EQUIPE MULTIDISCIPLINAR



Segue organização das instituições educacionais por territórios, para atendimento da Equipe Multidisciplinar:

OESTE 1	OESTE 2	OESTE 3	NORTE 1
CEI 03; CEI 11; CEI 23; CEI 25; CEI 26; CEI 30; CEI 35; CEI 36; CEI 47; CEI 50; CEI 60; CEI 65; CEI 69; CEI 85; CEI 93; CEI 108; CEI 109; EM Oswaldo Duarte EM Benedicto José Nunes EM Irineu Leister EM Josefina Z.de Carvalho EM M ^a de Lourdes Martins Martinez EM Rosa Cury	CEI 22; CEI 28; CEI 61; CEI 79; CEI 81; CEI 84; CEI 89; CEI 91; CEI 95; CEI 99; CEI 106; CEI 107; EM Benedito Cleto EM Edward F. M. da Silva EM Leda Therezinha Borghesi Rodrigues EM Amin Cassar EM Léa Edy Alonso Saliba EM Odila Caldini Crespo	CEI 09; CEI 21; CEI 27; CEI 33; CEI 41; CEI 57; CEI 67; CEI 71; CEI 74; CEI 82; CEI 97; CEI 98; CEI 100; CEI 105; CEI 110; EM Avelino L. de Camargo EM Hélio Rosa Baldy EM Duljara F. de Oliveira EM Edemir A. Digiampetri EM Ney Oliveira Fogaça EM Luiz Almeida Marins	CEI 08; CEI 18; CEI 38 CEI 40; CEI 46; CEI 51 CEI 52; CEI 58; CEI 63 CEI 68; CEI 70; CEI 73 CEI 76; CEI 101; EM João Francisco Rosa EM José Mendes EM Flávio de S. Nogueira EM M ^a Domingas T. Góes EM Maria Ignêz F. Deluno EM Tereza C. Gianini
NORTE 2	LESTE 1	LESTE 2	
CEI 45; CEI 53; CEI 75 CEI 80; CEI 87; CEI 90 CEI 92; CEI 96; CEI 103; EM Ana Cecília F. P. Fontes EM José Carlos Florenzano EM Basílio da C. Daemon EM Paulo F. N. Tortello EM Walter Carretero EM Darlene Devasto EM Genny Kalil Milego EM Inês R. Cesarotti EM M ^a de Lourdes Ayres de Moraes EM Norma Justa Dall'ara EM Zilah D. M. Schrepel	CEI 10; CEI 13; CEI 14; CEI 48; CEI 54; CEI 59; CEI 72; CEI 77; CEI 78; CEI 83; CEI 88; CEI 94; CEI 104; CEI 111; EM Éden EM Milton Leite de Oliveira EM Ary de O. Seabra EM Oswaldo de Oliveira EM Ronaldo C. de Arruda EM Tadeusz Jozefczyk	CEI 02 ; CEI 05; CEI 07; CEI 15; CEI 16; CEI 17; CEI 20; CEI 31; CEI 34; CEI 39; CEI 43; CEI 44; CEI 62; CEI 64; CEI 66; CEI 86; EM Achilles de Almeida EM Getúlio Vargas EM Leonor Pinto Thomaz EM Matheus Maylasky EM Julica Bierrenbach EM Sorocaba Leste EM Quinzinho de Barros	

ANEXO 6

Orientações da Recuperação Paralela

Em consonância com o artigo 24, inciso V da Lei 9.394/96, que determina o direito à Recuperação, dispendo: *“obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”*, a Secretaria da Educação de Sorocaba institui a Recuperação Paralela como parte integrante do processo de ensinar e aprender, e têm como princípios básicos: o respeito à diversidade dos ritmos de aprendizagem e características dos alunos; o compromisso da escola em atender essa pluralidade e o compromisso em proporcionar oportunidades diversificadas que assegurem, efetivamente, aos alunos condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas em seu percurso escolar.

Considerações terminológicas

São vários os termos adotados para se referir ao apoio pedagógico escolar oferecido a todos os alunos e que consideram o atendimento aos diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem. Adotaremos, para a Rede Municipal de Ensino de Sorocaba, as terminologias que a LDB e Pareceres afins consolidaram:

- a) **Recuperação Contínua:** aquela que ocorre nas aulas regulares, por meio do acompanhamento constante da aprendizagem/diagnósticos e de intervenções pedagógicas diversificadas, assim como preconiza a LDB nas incumbências aos docentes: “zelar pela aprendizagem e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos com menor rendimento”, artigo 13, inciso III.
- b) **Recuperação Paralela:** ofertada em horários opostos ao período regular de aulas, em pequenos grupos de alunos com aproveitamento escolar abaixo do básico, organizados por meio de diagnóstico, indicações e análise da equipe escolar, do Conselho de Classe Ano/Série/Termo, dos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho da Recuperação Paralela, Projeto Político-Pedagógico e Regimento da Instituição Escolar.

Os documentos que registram tanto a Recuperação contínua e Recuperação paralela deverão ser definidos pela equipe gestora da Instituição Educacional, juntamente com os professores responsáveis pelos alunos participantes e deverão ser arquivados em seus prontuários e portfólios dos professores.

A realização das aulas da Recuperação Paralela terá os seguintes desdobramentos de estrutura organizacional:

Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental:

- a) Aos alunos matriculados, do 2º ao 5º anos;
- b) Agrupamento: com 03 (três) horas/aula semanais, sendo realizadas no contraturno da classe regular, para os alunos que apresentam defasagem de aprendizagem das habilidades básicas/estruturas elementares necessárias para aquisição e sequência dos conteúdos curriculares a eles apresentados em seu percurso escolar, com enfoque na aquisição e aprofundamento da *leitura, da escrita e do cálculo*. As atividades propostas aos alunos, na Recuperação Paralela, traduzem-se em oportunidades altamente relevantes por se tratarem de estratégias pedagógicas diversificadas, que têm como objetivo o resgate do “caminho da aprendizagem” de cada aluno e por partir do pressuposto de como a aprendizagem ocorre no processo do desenvolvimento do ser humano. Essas aulas terão início no dia 20 de fevereiro de 2017.

Para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio:

- a) Para os alunos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental e 2ª e 3ª séries do Ensino Médio;
- b) Nessa etapa de ensino a Recuperação Paralela é organizada como Plantão de dúvidas com 3 (três) h/a semanais, de acordo com as necessidades pontuais do(s) aluno(s), contemplando a(s) disciplina(s) indicadas, considerando os encaminhamentos do Conselho de Classe Ano/Série/Termo e com a finalidade de tratar/retomar conhecimentos, aprendizagens específicas

dos conteúdos abordados na proposta curricular da escola. Essas aulas terão início no dia 20 de fevereiro de 2017. As HTPs deverão ser cumpridas pelo professor na instituição escolar, dedicadas à organização e planejamento das aulas, sempre em articulação à equipe gestora.

Critérios de atendimento e acompanhamento

A demanda de alunos indicados a participarem da Recuperação Paralela, será constituída a partir de análises que contemplem: a indicação dos professores; a análise das atas de conselho de classe ano/série/termo e todos os instrumentos de avaliação e registros utilizados, considerando os aspectos: cognitivo, perceptivo-motor, sociocultural e afetivo, a proposta pedagógica da escola, bem como, as necessidades que emergem no e do cotidiano escolar.

É importante que as ações da Recuperação Paralela atendam a uma totalidade, isto é, ao pleno desenvolvimento dos estudantes tidos como, temporariamente, de “baixo rendimento”. Efetivamente, a atitude de recuperação visa à superação dessa condição verificada pelos professores e gestores da instituição escolar. Considerar, enquanto referência, para indicação de alunos ao Projeto da Recuperação Paralela, a escala de proficiência do SARESP, escala SAEB: abaixo do básico, básico, adequado e avançado. Para os diferentes níveis de aprendizagem, a escola oferecerá as intervenções pedagógicas apropriadas. Sendo: para o Abaixo do Básico, a Recuperação Paralela e para o Básico, Recuperação Contínua em sala de aula.

Desenvolvimento		Correspondência	Intervenção
Abaixo do básico	Insuficiente	Os alunos neste nível demonstram domínio insuficiente dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.	Recuperação Contínua em Sala + Recuperação Paralela
Básico	Suficiente	Os alunos neste nível demonstram domínio mínimo dos conteúdos, competências e habilidades, mas possuem as estruturas necessárias para interagir com a proposta curricular no ano/série.	Recuperação Contínua em Sala
Adequado		Os alunos neste nível demonstram domínio pleno dos conteúdos, competências e habilidades desejáveis para o ano/série escolar em que se encontram.	Aprofundamento dos Estudos
Avançado	Avançado	Os alunos neste nível demonstram conhecimentos e domínio dos conteúdos, competências e habilidades acima do requerido para o ano/série em que se encontram.	Desafios

É importante que a equipe escolar observe cuidadosamente o número de alunos indicados para a Recuperação Paralela considerando que, quando este for superior a 10% do total de alunos da escola, pode ser um indicador que revele a necessidade de se rever ou aprimorar os caminhos e práticas que compõem a proposta pedagógica da escola.

[...] grande parte do mau desempenho dos alunos, agravado pelos problemas da reprovação e da preparação insatisfatória, prévia e em serviço, dos professores, é devida à insuficiência de diálogos e metodologia de trabalhos diversificados na sala de aula, que permitam a expressão de níveis diferenciados de compreensão, de conhecimentos e de valores (Parecer CNE/CEB Nº04/98).

Ao considerar que a Recuperação Paralela, apresenta-se como **um período** em que a escola proporciona oportunidades a mais (e não as mesmas) de aprendizagem aos alunos, é fundamental que ocorra acompanhamento, por parte dos professores (da Recuperação Paralela em conjunto com os demais professores envolvidos) e dos gestores da escola, para que, constatados avanços do aluno,

reavaliar-se a necessidade do mesmo permanecer ou redefinam-se as intervenções pedagógicas.

A Secretaria de Educação recomenda, de acordo com o caminho da Recuperação Paralela nesta rede de ensino, que o número adequado para a composição de turmas da recuperação paralela seja de **até quinze alunos**.

O Plano de Trabalho da Recuperação Paralela deverá se estruturar por meio de ações conjuntas entre orientadores pedagógicos, professores da Recuperação e com os professores da classe regular.

As ações planejadas para a Recuperação Paralela devem oportunizar, aos alunos e aos seus familiares, a conquista da autoestima, autoconfiança (ligadas ao processo de aprendizagem), interrompendo o ciclo de fracassos escolares;

No dia 20 de fevereiro de 2017, os professores que assumiram carga suplementar da Recuperação Paralela iniciarão suas atividades para:

- i. Apoiar a Orientação Pedagógica na constituição dos grupos de alunos;
- ii. Analisar as Atas de Conselho de Classe Ano/Série/Termo de 2015 para identificação das potencialidades e necessidades da escola;
- iii. Elaborar o Plano de Trabalho da Recuperação Paralela para a instituição, em conjunto com os demais professores e acompanhamento do Orientador Pedagógico;
- iv. Dialogar com os professores sobre as percepções da semana de diagnóstico;
- v. Organizar o processo de monitoramento dos avanços junto ao Orientador Pedagógico.

A formação mensal em rede ocorrerá sempre às terças-feiras de cada mês, no período da Carga Suplementar assumida, devendo este dia da semana estar livre, ou seja, toda jornada semanal com HTP deverá ser organizada na escola entre os dias da semana: segunda, terça, quinta ou sexta-feira.

Em virtude de sua especificidade, as aulas da recuperação Paralela não poderão acarretar substituição docente.

Plano de trabalho

- a) Considerar enquanto princípio norteador, para a construção do Plano de Trabalho, o disposto na LDB no Art. 3º:

“O ensino fundamental obrigatório, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores”;

- b) Os Eixos/Aspectos do desenvolvimento e aprendizagem a serem utilizados na Recuperação Paralela, tanto para o planejamento do professor, quanto para avaliação (contínua e formativa) do aluno, devem objetivar o resgate do desenvolvimento/aquisição de habilidades fundamentais e estruturantes das aprendizagens;
- c) As atividades planejadas, propostas e desenvolvidas pelos professores na Recuperação Paralela, precisam ter como premissa a necessidade de se desenvolver os conteúdos por meio de **diferentes estratégias**, para que o fazer pedagógico se apresente por meio de outros caminhos didáticos, viabilizando as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno. Portanto, é fundamental que os professores e gestores usem de criatividade, conhecimentos e posturas interventivas que atendam, atinjam os alunos a partir das suas **potencialidades**;
- d) Orienta-se que as escolas (professores e gestores) realizem, no mês de fevereiro, assim que as turmas da Recuperação Paralela estejam organizadas, uma reunião com os pais dos alunos envolvidos, com o propósito de esclarecer sobre a importância da participação e presença dos respectivos alunos, nas aulas de Recuperação Paralela.

Acompanhamento dos resultados

- a) A avaliação deve ser vista como acompanhamento investigativo da aprendizagem, portanto, **contínua e formativa**, com base em critérios que viabilizem, sobretudo, melhorar o desempenho do aluno, servindo de instrumento de reflexão e aprimoramento para o trabalho do professor e não

somente examinar o quanto o aluno sabe, em função da produção de um resultado;

- b) Utilizar como instrumento de observação, intervenção e registro, no processo da avaliação do desempenho do aluno, a “ficha de observação” que tem a função de subsidiar o olhar para o aluno e para a intencionalidade dos planejamentos;
- c) A presença e ausência dos alunos deverão ser registradas no diário de classe, bem como os conteúdos desenvolvidos em cada dia de aula da Recuperação Paralela.

ANEXO 7

Orientações do Projeto “Salas de Leitura: Novos Olhares”

Público alvo: alunos de Ensino Fundamental (1º ao 9º anos) e Ensino Médio.

Concepção pedagógica:

Sabe-se que todos os professores são responsáveis pela formação de leitores, especificamente os professores regentes de sala de aula. No entanto, não se pode afirmar que é somente nas aulas de Língua Portuguesa, ou mesmo que o esperado desenvolvimento de um “comportamento leitor” pelo aluno, seja responsabilidade única do professor responsável por tal conteúdo/disciplina. A formação de leitores tem de ser um projeto da Escola e de sua comunidade; portanto, também do coletivo de profissionais que ali desenvolvem seu trabalho pedagógico, cotidianamente.

Estruturar as Salas de Leitura e seu acervo é, ao mesmo tempo, um exercício de reflexão sobre as salas (ambiência) no sentido de transformá-los em espaços dinâmicos e integrados ao dia a dia da vida escolar.²

Nos últimos anos, a concepção de leitura vem sendo discutida por diversas correntes teóricas que a concebem tanto como vertente pedagógica quanto linguística e social. Alguns estudos nacionais apontam para a concepção de leitura como atividade humana de interação social. Nesse sentido, considera-se a leitura como meio e acesso aos bens culturais, à memória e à produção do conhecimento.

Sob as diferentes concepções que abarcam os sentidos e significados da leitura e de seu papel formador, salienta-se a otimização dos espaços e do papel de mediadores de leitura³ no fomento do trabalho com a literatura. Sobre os espaços, entende-se a maximização de ações que supõem adequações, planejamento e

² Entende-se por ambiência o espaço arquitetonicamente organizado e animado que constitui um meio físico, e ao mesmo tempo, meio estético ou psicológico, especialmente preparado para o exercício das atividades humanas.

³ O mediador destaca-se por sua intenção de contribuir na apropriação de significados, no processo de interação do leitor com o texto, nas experiências de aprendizagens, potencializando as capacidades dos atores sociais e despertando suas competências. A mediação da leitura coloca em evidência o papel do sujeito construtor do conhecimento. Conhecimento que se incorpore ao mundo intelectual e vivencial do leitor e que o ajude a compreender sua realidade humana e social, agindo e interferindo nela.

intencionalidade relacionada ao letramento literário⁴. Assim, tanto a disponibilização dos acervos, quanto as estratégias de mediação do professor podem potencializar a interatividade nos diversos espaços da escola (sala de aula, pátio, sala de informática, corredores, sala de leitura, biblioteca escolar etc.). Dessa maneira, coadunam-se espaços e situações de aprendizagem, bem como aos propósitos diante das múltiplas possibilidades da leitura e ao incentivo à formação de leitores proficientes.

Nesse sentido, destacam-se os principais objetivos do Projeto **Salas de Leitura: Novos Olhares**, no que concerne ao estímulo às diversas leituras e da criação literária, a saber: (i) instigar no aluno o prazer e o hábito da leitura de obras literárias e a tomada de consciência dessa prática como um hábito humanizador (ii) recriar as leituras por meio de diferentes portadores textuais, atribuindo-lhes outros sentidos; (iii) desenvolver a prática da escrita de textos poéticos e/ou em prosa; (iv) ampliar o repertório literário; (v) tornar os espaços destinados à leitura como atrativo na circulação do saber.

É preciso que as crianças e os adolescentes aproveitem a leitura, desejem ler e se apaixonem pela literatura a fim de estimular sua sensibilidade e levá-los a perceberem essas obras como portadoras de múltiplas referências culturais e afetivas.

Por fim, vale destacar as principais funções dos professores mediadores das Salas de Leitura:

- ✓ Elaborar o Plano de Trabalho da Sala de Leitura, com a equipe escolar, conforme a realidade da instituição e seu Projeto Político-Pedagógico;
- ✓ Articular as atividades da Sala de Leitura com os demais professores da escola;
- ✓ Participar de ações formativas oferecidas pela Secretaria da Educação. A formação mensal em rede ocorrerá sempre nas segundas quartas-feiras do mês, no período da Carga Suplementar assumida, devendo este dia da semana estar livre,

⁴ Letramento literário seria a condição pela qual os alunos e os homens, de modo geral, possam tornar-se apreciadores dos gêneros literários e, por meio deles, alçar ao domínio de outros gêneros com semelhante grau de laboriosa elaboração.

ou seja, toda jornada semanal com HTP deverá ser organizada na escola entre os dias da semana: segunda, terça, quinta ou sexta-feira.

- ✓ Organizar, em parceria com a equipe escolar os instrumentos de registro que possibilitem diagnóstico, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas na Sala de Leitura;
- ✓ Organizar, permanentemente, o espaço e o acervo da Sala de Leitura;
- ✓ Organizar, na escola, práticas e ambientes de leitura alternativos, associando a leitura a outras práticas culturais;
- ✓ Desenvolver uma cultura do livro, como o conhecimento de escritores, ilustradores, tradutores, editores, coleções, lembranças de leitura anteriores sobre um tema próximo, consultas a críticas, conversas com pessoas próximas, etc.;
- ✓ Assegurar a circulação e o uso de todo o acervo como um bem comum;
- ✓ Realizar a divulgação do acervo para a comunidade escolar;
- ✓ Investigar e planejar diferentes estratégias/formas de leitura, de modo a promover aos alunos o acesso a universos culturais mais amplos;
- ✓ Participar dos processos de seleção de acervos de livros para o Projeto Sala de Leitura – Novos Olhares.
- ✓ Promover a avaliação permanente e contínua do trabalho desenvolvido pela sala de leitura;
- ✓ Organizar o acervo de sala de aula em articulação com o Professor regente de classe.

ANEXO 8

Orientações do Projeto “Bebeteca”

Público alvo: Educação Infantil (primeira infância: de 0 a 5 anos).

Concepção pedagógica:

A temática relacionada ao aprendizado da leitura e da escrita, e sua relação com a Educação Infantil, ganhou importância, sobretudo, após algumas diretrizes políticas, tais como a inserção das crianças de seis anos no Ensino Fundamental, o fortalecimento do preceito legal que define creches e pré-escolas como primeira etapa da Educação Básica e a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, pelo Conselho Nacional de Educação.

A importância da leitura literária e da experiência para a formação dos sujeitos, desde a primeira infância, remete, antes de tudo, ao papel central da linguagem na construção do pensamento infantil. Sabemos que é por meio da linguagem que a criança expressa sua maneira peculiar de interagir com o mundo e dele se apropriar.

Para que a criança possa entreter-se lendo sozinha é necessário que uma figura íntima lhe revele, repetidas vezes, o truque mágico de como olhar e interpretar os objetos planos e estáticos, pinçados entre as páginas. À medida que assinala e nomeia as páginas que passam, a voz adulta ensina que cada imagem representa algo real, graças à voz deles que assinala e nomeia e, além disso, liga uma página a outra. A criança também descobre uma continuidade entre o atrás e o à frente e vê que isso se refere a uma outra continuidade entre o antes e o depois. O jogo vai muito longe, pois não se limita a descrever cada página em separado, e” ensina” ao bebê que as imagens se encadeiam para construir histórias. Nessa leitura, tantas vezes repetida, a criança recebe outra revelação: a de que o tempo da história pode se deslocar para a ordem espacial: da esquerda para a direita. A criança para quem o adulto lê se apropria do “direcionamento da leitura”, sem necessidade de nenhum exercício nem de nenhuma dissertação teórica. E também compreende que passar as páginas é como passar o tempo e que essa operação simbólica de fazer de conta, esse entrar nas convenções que simulam o mundo e que tanto se parecem com ele, é o que fazemos ao ler.

A linguagem literária, especificamente, possui uma relação estreita com essa maneira peculiar de a infância se relacionar com o mundo. De uma maneira geral, o universo cultural da criança resulta, em grande medida, da sua capacidade de ultrapassar as funções meramente representativas ou de interação e de comunicação das linguagens.

As atividades desenvolvidas na Bebeteca estão em consonância com os eixos propostos pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), a saber: democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores e valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico.

O Projeto Bebeteca atende em regime de itinerância, ou seja, por meio de calendário previamente elaborado, as mediadoras vão até as instituições educacionais e promovem sessões de leitura para essa faixa etária (0 a 5 anos). Cabe ao Orientador Pedagógico contatar o responsável pela Bebeteca itinerante, a fim de manifestar seu interesse pelas sessões de leitura, bem como agendar as datas para este fim.

A SEDU conta, ainda, com 03 Bebetecas já instaladas e em pleno funcionamento nos CEIs 105, 106 e 108, respectivamente.

São objetivos da Bebeteca itinerante:

- 1 - Fomentar o encontro entre livros, crianças e adultos
- 2 - ampliar as experiências poéticas, culturais e educativas de crianças, famílias e profissionais da educação do município.

Na Bebeteca Itinerante cada sessão de leitura tem a duração de 40 minutos, em média, organizada em três momentos: exploração livre do acervo, leitura em voz alta de um livro escolhido pelas mediadoras e leituras individuais ou em pequenos grupos a partir de escolhas das crianças.

É importante a participação do professor nas sessões, acompanhando sua turma, é fundamental para que ele, assim como as crianças, encontre-se com os livros e a leitura.

ANEXO 9

Orientações da “Educação de Jovens e Adultos - EJA”

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), de acordo com a Lei 9.394/96, é uma modalidade da Educação Básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal, deve receber um tratamento consequente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma ação que visa reparar uma dívida social para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela.

Dessa forma podemos apontar alguns objetivos da EJA:

- Oportunizar estudo àqueles que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e Médio na idade própria;
- Acelerar estudos no Ensino Fundamental e Médio;
- Assegurar o acesso a graus elevados de letramento, fator condicionante para a conquista da Cidadania Plena;
- Possibilitar ao indivíduo inserções no mundo do trabalho e na vida social.

EJA “Alfa Vida”

A Prefeitura Sorocaba – Secretaria da Educação (SEDU), oferece Ensino fundamental do 1º ao 5º ano (Alfabetização) àqueles indivíduos que não tiveram escolarização completa ou nunca frequentaram a escola, a oportunidade de se alfabetizarem, por meio do Programa de Alfabetização “Alfa Vida”, criado como projeto experimental em 1989 e ampliado em 1990. Foi oficializado formalmente por meio da Lei Municipal 3953/92.

O Decreto Municipal 15933/2007 reorganizou o curso permitindo a abertura de quantas classes se fizerem necessárias para atender a demanda e estabelecendo a atribuição aulas como carga suplementar para professores efetivos da rede, sendo que conta com regimento e proposta curriculares específicos.

Apresenta dotação orçamentária garantida pelo FUNDEB, evidenciando uma perspectiva de continuidade e sustentabilidade.

Regimento escolar Art. 64. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecerá os seguintes cursos:

I – curso de alfabetização organizado em dois anos de duração, correspondendo o 1º termo aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental e o 2º termo aos 4º e 5º anos, com carga horária diária composta de 03 (três) horas/aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos cada e idade mínima para matrícula de 15 (quinze) anos completos.

Processo de Atribuição da Carga Suplementar de Trabalho para a EJA

- Ao final do ano letivo, as Instituições Educacionais que já atendem turmas da EJA deverão realizar a rematrícula dos alunos frequentes;
- **Durante o mês de janeiro é importante que as Instituições Educacionais garantam e intensifiquem a divulgação junto à comunidade escolar para a inscrição de novos alunos.**
- Em fevereiro/2017 será enviado ofício às Instituições Educacionais com orientações e procedimentos, conforme segue:
 - Entregar na Divisão de Educação Básica (DEB) os quadros com a demanda de alunos, e aguardar a confirmação sobre a possibilidade de criação de turma(s);
 - Atribuir carga suplementar de trabalho, após confirmação da SEDU, correspondente a 105 horas/aula mensais, aos titulares de cargos inscritos na própria unidade. É importante observar o requisito (Pedagogia - habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental), limite máximo de aulas permitido por Lei e acúmulo de cargos;
 - Entregar no setor protocolo da SEDU:
 - a) Ofício (IMPRESSO F) informando os nomes dos professores que assumiram carga suplementar na própria instituição educacional, para atuar na EJA;

b) Solicitação de atribuição (Impresso próprio), para as vagas remanescentes da atribuição na unidade escolar.

- A SEDU/DAGEA agendará e divulgará data para atribuir carga suplementar em nível de rede, caso as aulas não tenham sido atribuídas;

- As orientações e cronograma do início das aulas e datas dos encontros formativos serão enviados posteriormente à atribuição.

ANEXO 10

Orientações do Programa “Professor Aprendiz”

A Secretaria da Educação tem como premissa a orientação e desenvolvimento de iniciativas que favoreçam a qualidade do ensino e com ela a formação de sujeitos responsáveis, comprometidos com o seu autodesenvolvimento e com o progresso da sociedade. Para galgar progressivamente esse propósito, parte da premissa de que, enquanto agência responsável pela educação do sistema municipal, deve ser possuidora de uma política educacional sólida e articulada organicamente a um projeto de sociedade e de educação.

Portanto, frente a este objetivo, realiza o Programa Professor Aprendiz que, ao moldes do Projeto Alfabetização e Letramento em Rede, insere alunos educadores (estagiários) na Educação Básica, oportunizando vivências pedagógicas seja em salas de Educação Infantil, seja em salas de alfabetização⁵ (como ocorre desde 2009), ou ainda vivenciando a educação especial frente ao apoio de vida diária e pedagógica, necessário a alguns alunos com necessidades educacionais especiais.

O aluno educador é um graduando na área da Educação, atuando nas salas de aula sob a orientação do professor regente e/ou diretor de escola e orientador pedagógico. Para este aluno educador, o estágio consolida-se como atividade de caráter educativo e complementar à sua formação, colocando-o em contato com as diferentes realidades sociais, econômicas e culturais, proporcionando vivência e experiências que permitem ao estudante desenvolver uma consciência crítica e a capacidade de compreender a realidade e interferir sobre ela.

Ademais, o Parecer nº 21/2001, do Conselho Nacional de Educação, define o Estágio Curricular como um

tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que,

⁵ Observou-se que a inclusão do Aluno Educador nas turmas do ciclo de alfabetização, sob a orientação de um professor regente, se mostrou um projeto viável e capaz de contribuir com aspectos fundamentais tanto para sua formação inicial, ligados ao exercício profissional deste estudante, bem como colaborar com o atendimento das demandas educativas das instituições de ensino municipais

tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. (BRASIL,2001, p.10)

Desta maneira, o Programa Professor Aprendiz é composto pelos seguintes projetos:

- **“Educar e Cuidar da infância”**: abrange a Educação Infantil e crianças com Necessidades Educacionais Especiais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.
- **“Alfabetização e Letramento em Rede”**: abrange inicialmente o ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental, em especial, para 2016, contabilizados conforme o número de turmas de 1º anos.

1. OBJETIVOS DO PROGRAMA PROFESSOR APRENDIZ

O Programa Professor Aprendiz tem por objetivo:

- Contribuir para a formação inicial dos estudantes dos cursos de licenciatura na área da Educação, possibilitando-lhes atuar junto aos docentes da rede municipal de ensino, tendo conhecimento de tal realidade;
- Inserir os licenciandos no cotidiano escolar, proporcionando-lhes experiências profissionais que permitam desenvolver consciência crítica e capacidade de compreender a realidade educacional e interferir sobre ela;
- Promover a articulação entre a instituição de ensino superior e a rede municipal de ensino, a fim de valorizar os profissionais da educação;
- Possibilitar o exercício das diferenças e a vivência de relações intergeracionais presentes no cotidiano escolar.

2. A QUEM SE DESTINA

Essa oportunidade de estágio remunerado destina-se aos estudantes de cursos de licenciatura, que integram as matrizes curriculares da Educação Infantil e dos anos do Ensino Fundamental, proporcionando:

- Concessão de bolsa-auxílio e auxílio transporte para estudantes de curso de licenciatura;

- Formação mensal ao estudante, do curso de licenciatura, auxiliando o trabalho pedagógico do professor, na gestão da sala de aula e dos projetos;
- Desenvolvimento de atividades, em estágio, a partir de um plano elaborado, porém flexível às necessidades dos alunos que atende e ao Projeto Político-Pedagógico das instituições;
- Participação em reuniões pedagógicas, de formação, pais, conselho de escola, entre outras, ampliando a compreensão do funcionamento das escolas de Educação Básica;
- Incentivo à atitude investigativa do futuro professor, no sentido de formar profissional que observa, questiona e desenvolve reflexão crítica, contribuindo para a construção da autonomia profissional.

3. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

3.1 Formação Continuada

A Secretaria da Educação promoverá, por meio de convocação, encontros mensais de formação continuada com carga horária de 4 horas.

3.2 Local do estágio

Os estágios se realizam em instituições de educação infantil e escolares da Secretaria Municipal de Educação de Sorocaba.



**Prefeitura de
SOROCABA**

“É experiência aquilo que ‘nos passa’, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma. Somente o sujeito da experiência está, portanto, aberto à sua própria transformação.”

Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 24-25)